

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
Estado do Paraná

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 267, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1994.

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
(CONSOLIDADO ATÉ A RESOLUÇÃO Nº 367)**

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA SEDE**

Art. 1º - A Câmara Municipal tem sua sede à Avenida Visconde de Taunay nº 880, Edifício “Paço da Liberdade”, local onde serão realizados seus trabalhos normais.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de seu funcionamento em sua sede, a Câmara Municipal poderá reunir-se, temporariamente, em outro local, por decisão da Mesa Executiva, ad referendum da maioria absoluta de seus membros.

**CAPÍTULO II
DA LEGISLATURA**

**SEÇÃO I
DURAÇÃO E DIVISÃO**

Art. 2º- A Legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro Sessões Legislativas anuais.

**SEÇÃO II
DA SESSÃO PREPARATÓRIA**

Art. 3º- Precedendo a instalação da Legislatura, os candidatos diplomados Vereador reunir-se-ão em sessão preparatória, quinze dias antes da posse, sob a Presidência do mais idoso, na sala do Plenário, às 17:30 horas, a fim de ultimarem as providências a serem seguidas na sessão de instalação.

§ 1º - Iniciados os trabalhos, o Presidente da Sessão convidará um dos candidatos diplomados para compor a Mesa Executiva Provisória na qualidade de Secretário.

§ 2º - Composta a Mesa Executiva Provisória, o Presidente convidará os diplomados presentes a entregarem os respectivos diplomas e a sua declaração de bens.

§ 3º - O candidato diplomado que não comparecer à sessão preparatória, assim como o suplente quando convocado pela primeira vez, apresentarão a declaração de bens na primeira sessão após a sua posse.

§ 4º - A Mesa Executiva Provisória dirigirá os trabalhos da sessão de instalação, até a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos termos do art. 152, deste Regimento.

SEÇÃO III DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Art. 4º - A Sessão de instalação da Legislatura será realizada no dia 1º de Janeiro, às 14:00 horas, independente do número de candidatos diplomados Vereador presentes.

Art. 5º - Lida a relação nominal dos diplomados, o Presidente declarará instalada a Câmara Municipal e, em pé, no que deve ser acompanhado por todos os presentes, prestará o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO, E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO”,

e, em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que declarará:
“ASSIM O PROMETO”.

§ 1º - Prestado o compromisso, lavrar-se-á, em livro próprio, o respectivo termo de posse, que será assinado por todos os Vereadores.

§ 2º - O candidato diplomado Vereador que não tomar posse na sessão de instalação poderá fazê-lo até quinze dias depois da primeira sessão ordinária da Legislatura.

§ 3º - Considerar-se-á renunciado o mandato do candidato diplomado Vereador que, salvo motivo de doença devidamente comprovado, deixar de tomar posse no prazo do parágrafo anterior.

Art. 6º - Instalada a Legislatura, o Presidente dará a palavra aos oradores escolhidos na sessão preparatória, encerrando a sessão em seguida.

CAPÍTULO III DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 7º - A Sessão Legislativa compreenderá o período de 15 de fevereiro à 15 de dezembro. **(NR)**

§ 1º - As sessões marcadas para as datas de início ou término do período compreendido na Sessão Legislativa serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados. **(NR)**

§ 2º - O início do período da Sessão Legislativa independe de convocação. **(NR)**

§ 3º - O período da Sessão Legislativa é improrrogável. **(NR)**

§ 4º - Os intervalos entre as Sessões Legislativas constituem o recesso. **(NR)**

Art. 8º - Durante o recesso não haverá atividade legislativa, ressalvado o disposto no Capítulo IV, deste Título.

CAPÍTULO IV DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 9º - A Câmara reunir-se-á em Sessão Legislativa Extraordinária, durante o recesso, para tratar de interesse público relevante, por convocação:

I - do Presidente, em caso de estado de calamidade pública, emergência ou intervenção estadual;

- II - do Prefeito, quando entender necessário;
- III - da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - A Sessão Legislativa Extraordinária será convocada com antecedência mínima de dois dias e nela não se tratará de assunto estranho à convocação.

§ 2º - A Sessão Legislativa Extraordinária, quando não convocada durante a Sessão Legislativa Ordinária, será informada aos Vereadores por meio de Comunicação pessoal e escrita, bem como através de edital publicado no órgão oficial do Município.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 10 - Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício das prerrogativas de seu mandato, observando-se os preceitos constitucionais, legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

Art. 11 - São deveres do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município:

- I - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;
- II - emitir, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;
- III - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;
- IV - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;
- V - comunicar à Mesa Executiva a sua ausência do Município, por períodos superiores à dez dias, inclusive nos períodos de recesso, especificando o seu destino com dados que permitam sua localização.

§ 1º - Por ocasião da posse, o Vereador ou Suplente convocado escolherá o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Câmara, comunicando a escolha, por escrito, à Mesa Executiva.

§ 2º - Do nome parlamentar não constarão mais de 3 (três) palavras, não computadas nesse número as preposições.

§ 3º - A alteração do nome parlamentar deverá ser comunicada, por escrito, à Mesa Executiva, produzindo efeitos a partir de sua leitura em sessão.

CAPÍTULO II DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA

Art. 12 - A perda do mandato de Vereador, por decisão da Câmara Municipal, dar-se-á nos casos dos incisos I, II, III e VII, do artigo 34, da Lei Orgânica, mediante iniciativa da Mesa Executiva ou de partido político com representação na Casa, por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo Único - Assegurada ampla defesa, ao disposto neste artigo aplica-se, no que couber, o procedimento previsto no artigo 155 e seguintes deste Regimento.

Art. 13 - A perda do mandato de Vereador a ser declarada pela Mesa Executiva, de ofício ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na

Câmara, com base nos incisos IV, V e VI, do artigo 34, da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

- I - a Mesa Executiva dará ciência ao Vereador, por escrito, do fato ou ato que possa implicar na perda de seu mandato;
- II - no prazo de dez dias úteis, contados da ciência o Vereador poderá apresentar defesa;
- III - apresentada ou não a defesa, a Mesa Executiva decidirá a respeito, no prazo de quarenta e oito horas;
- IV - a Mesa Executiva tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Parágrafo Único - Qualquer que seja a decisão proferida na forma deste artigo, a Mesa Executiva dela recorrerá, de ofício, ao Plenário.

Art. 14 – Além dos casos enunciados no artigo anterior, perderá o mandato o Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Parágrafo Único - Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

- I - abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;
- II - transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;
- III - perturbações reiteradas da ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das comissões;
- IV - atos ou expressões atentatórios aos membros do Poder Legislativo;
- V - comportamento vexatório ou indigno, capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município;
- VI - porte de arma no recinto da Câmara.

Art. 15 - A renúncia ao mandato far-se-á em ofício autenticado dirigido à Mesa Executiva.

Art. 16 - Em caso de vaga, investidura e licença previstos no artigo 19, o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de cinco dias, salvo motivo justo.

§ 1º - Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

§ 2º - Aplica-se ao suplente convocado o disposto no § 3º, do art. 5º, deste Regimento.

Art. 17 - O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em período de recesso, quando a posse se dará perante à Mesa Executiva.

CAPÍTULO III DAS FALTAS E LICENÇAS

Art. 18 - Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às Sessões.

§ 1º - Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de falta: doença, nojo, gala, desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município, além de outros, esclarecidos com antecedência, em Plenário, e por este admitido.

§ 2º - Considera-se como presente à sessão plenária o Vereador que assinar a folha de presença e que participar da votação de todas as proposições em pauta na Ordem do Dia, ressalvados eventuais impedimentos.

§ 3º - Considera-se como presente o Vereador que estiver fora da Câmara a serviço desta ou de Comissão constituída na forma regimental.

§ 4º - Objetivando a transparência e o acompanhamento das ações legislativas por parte dos munícipes, a lista de presença dos Vereadores nas sessões será disponibilizada na internet, na página oficial do Poder Legislativo Municipal, devidamente atualizada e em espaço de fácil visualização e acesso pelos usuários da rede mundial de computadores. **(AC)**

Art. 19 - O Vereador poderá licenciar-se nos casos previstos no Art. 36, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único - No caso de licença de Vereador em que haja necessidade de convocação do suplente, este ocupará a vaga do titular nas Comissões Permanentes e Temporárias. **(NR)**

Art. 20 - Convocar-se-á o suplente nos casos de investidura previstos no § 2º do art. 36 da Lei Orgânica do Município e nos demais casos previstos na Lei Orgânica do Município. **(NR)**

Art. 21 - O pedido de licença será feito pelo Vereador, em requerimento escrito, efetivando-se a licença após deliberação plenária em discussão e votação únicas.

Parágrafo Único - Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo o Líder da Bancada ou o Presidente do Diretório Municipal ou Regional do Partido a que pertencer, instruindo-o com atestado médico.

CAPÍTULO IV DAS LIDERANÇAS SEÇÃO I DAS BANCADAS

Art. 22 - Bancada é a organização de um ou mais Vereadores pertencentes a determinada representação partidária.

§ 1º - A bancada deverá indicar à Mesa Executiva, através de documento subscrito pela maioria dos Vereadores que a integram, o respectivo Líder.

§ 2º - O Líder poderá indicar, dentre os integrantes de sua bancada, o respectivo Vice-Líder, que atuará como seu auxiliar e o substituirá em seus impedimentos.

Art. 23 - Compete ao Líder de bancada, além de outras atribuições regimentais:

I - fazer uso da palavra por cinco minutos, em cada sessão, no horário destinado ao Pequeno Expediente, ou por intermédio de seus liderados através da cessão do tempo integral ou apertes; **(NR)**

II- participar dos trabalhos e debates de qualquer Comissão, ainda que não a integre, sem direito a voto;

III- encaminhar votação de qualquer proposição, orientando a sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos;

IV- indicar os membros de sua bancada para integrarem comissões permanentes, assim como os respectivos substitutos, no caso de impedimento ou vacância.

SEÇÃO II DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 24 - As bancadas de dois ou mais partidos, desde que representem, no mínimo, um quinto da Câmara, poderão constituir Bloco Parlamentar, para a defesa de objetivos comuns.

§ 1º - Cada Bloco Parlamentar terá um Líder.

§ 2º - A constituição de Bloco Parlamentar deverá ser comunicada à Mesa Executiva, com a indicação das representações que abrange, dos seus objetivos e do seu Líder.

§ 3º - O Líder de Bloco Parlamentar exercerá a função de porta-voz das representações coligadas, sem prejuízo das funções específicas do respectivo Líder Partidário.

Art. 25 - As Lideranças dos partidos políticos ou Blocos Parlamentares poderão requerer uma vez por mês inscrição preferencial na Comunicação Parlamentar, para Vereadores de sua bancada. **(NR)**

SEÇÃO III DO LÍDER DO GOVERNO

Art. 26 - É facultado ao Prefeito Municipal indicar, através de ofício dirigido à Mesa Executiva, Vereador que interprete o seu posicionamento junto à Câmara Municipal, o qual terá as prerrogativas de Líder Partidário, e o título de Líder do Governo.

Parágrafo Único - O Líder do Governo poderá indicar um Vice-Líder.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I DA MESA EXECUTIVA

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA MESA EXECUTIVA

Art. 27 - Imediatamente após a posse, será realizada, sob a presidência do mais votado dentre os presentes, a eleição da Mesa Executiva.

§ 1º - Para a eleição é necessária a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - Não havendo quorum, serão convocadas sessões diárias, até que seja eleita a Mesa Executiva.

Art. 28 - A eleição será procedida através de votação nominal, realizando-se para cada um dos cargos da Mesa Executiva, iniciando-se pelo Terceiro-Secretário e encerrando-se com o Presidente. **(NR)**

Art. 29 - Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos. **(NR)**

§ 1º - Se nenhum candidato a cada cargo obtiver a maioria absoluta de votos, proceder-se-á, imediatamente, a nova votação nominal, na qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o candidato que tiver maior votação na última eleição municipal.

§ 2º - Encerrada a eleição, os eleitos serão declarados empossados pela Mesa Executiva que dirigiu os trabalhos.

Art. 30 - A eleição para a renovação da Mesa Executiva realizar-se-á no dia imediatamente posterior ao encerramento da Sessão Legislativa Ordinária, sendo a sessão especial dirigida pela Mesa Executiva cujo mandato esteja findando, empossando-se os eleitos no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 1º - Para o preenchimento dos cargos da Mesa Executiva, os candidatos deverão inscrever-se com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao dia previsto para a eleição. **(AC)**

§ 2º - A Primeira Secretaria providenciará um livro próprio para registro das candidaturas. **(AC)**

Art. 31 - O mandato da Mesa Executiva será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. **(NR)**

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DA MESA EXECUTIVA

Art. 32 - A Mesa Executiva compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e do Vice-Presidente, e a segunda de três secretários. **(NR)**

Parágrafo Único - Para a composição da Mesa Executiva será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representação na Câmara.

Art. 33 - No caso de vacância de cargo da Mesa Executiva observar-se-á o seguinte: **(NR)**

I - Vagando o cargo de Presidente, assumirá a presidência o Vice-Presidente, passando o Primeiro Secretário ao lugar do Vice-Presidente, o Segundo-Secretário ao lugar do Primeiro-Secretário e o Terceiro-Secretário ao lugar do Segundo-Secretário, elegendo a Câmara Municipal um novo Terceiro-Secretário, que completará o mandato de seu antecessor. **(NR)**

II - vagando qualquer um dos outros cargos, observar-se-á o disposto no inciso anterior, de modo que, sempre, a Câmara Municipal seja convocada para eleger o Terceiro-Secretário. **(NR)**

§ 1º - Na hipótese de um dos ocupantes de cargo na Mesa Executiva, ser investido no cargo de Secretário Municipal, será licenciado, por ato da Mesa Executiva da Câmara Municipal, consoante os termos do § 2º, do Art. 36, da Lei Orgânica do Município. **(NR)**

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, a Mesa Executiva convocará, nos termos deste artigo, dentre os Vereadores, o ocupante para o cargo de Terceiro Secretário, cuja investidura terá caráter de temporariedade, e retornará ao estado anterior quando o Vereador licenciado retornar ao exercício do mandato. **(NR)**

§ 3º - **Suprimido**

Art. 34 - No caso de vacância de todos os cargos da Mesa Executiva, o Vereador mais votado na última eleição proporcional municipal assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de cinco dias úteis.

Art. 35 - O Vereador ocupante de cargo na Mesa Executiva poderá dele renunciar, através de ofício a ela dirigido, o que se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo Único - Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa Executiva, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 36 - Os membros da Mesa Executiva, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições que lhes são conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, assegurada ampla defesa.

§ 1º - O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º - Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto nos artigos 152 e seguintes deste Regimento.

§ 3º - A destituição de membros da Mesa Executiva constará de Resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e promulgada pelo Vereador que estiver no exercício da Presidência.

Art. 37 - O Presidente e o 1º Secretário da Mesa Executiva não poderão fazer parte de qualquer Comissão, salvo nos casos expressos neste Regimento.

Art. 38 - Perderá o cargo da Mesa Executiva o membro que deixar de comparecer a mais de cinco sessões consecutivas ou dez alternadas, sem causa justificada e comunicada ao Plenário.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DA MESA EXECUTIVA

Art. 39 - À Mesa Executiva compete a direção dos trabalhos legislativos e de seus Serviços Administrativos, e, especialmente, o seguinte:

I - propor, privativamente, projetos de resolução que disponham sobre a organização dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal; **(NR)**

II - propor projetos de lei dispendo sobre: **(NR)**

a) abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Poder Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias da Câmara Municipal; **(AC)**

b) criação, extinção e alteração de cargos e funções nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal; **(AC)**

c) fixação dos vencimentos e vantagens dos servidores dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal, observando-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias; **(AC)**

III - suplementar as dotações Orçamentárias da Câmara Municipal, observando o limite da autorização contida na Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação de dotações próprias;

IV - aprovar a discriminação analítica das dotações Orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas Dotações Orçamentárias, observados os princípios de probidade, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa;

V - nomear, promover, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara, nos termos da lei;

VI - expedir normas e medidas administrativas;

VII - ordenar a despesa da Câmara Municipal;

VIII - devolver ao Poder Executivo o saldo de caixa existente ao final do exercício;

IX - prestar contas da gestão financeira da Câmara Municipal, observadas as disposições legais pertinentes. **(NR)**

X - elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída no Orçamento Geral do Município;

XI - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão;

XII - promulgar emendas à Lei Orgânica;

XIII - emitir parecer sobre projeto de alteração do Regimento Interno;

XIV - fixar diretrizes para a divulgação dos trabalhos legislativos;

XV - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante a comunidade;

XVI - promover providências, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador, contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais e legais do mandato parlamentar;

XVII - declarar, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada a ampla defesa, a perda do mandato de Vereador que:

- a) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das Sessões Ordinárias, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- b) perder ou tiver suspenso seus direitos políticos;
- c) tiver esta perda decretada pela Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- d) não residir no Município;
- e) não tomar posse no prazo fixado neste Regimento Interno.

XVIII - aprovar o Regulamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.

XIX -dispor, no início de cada legislatura, sobre a ocupação dos Gabinetes Parlamentares, observadas as seguintes regras:**(AC)**

- a) ao vereador reeleito,será assegurada a permanência no gabinete em que se encontra instalado;
- b) aos demais vereadores, a definição dos gabinetes ocorrerá mediante sorteio a ser realizado durante a Sessão Preparatória.

Parágrafo Único - Todas as providências necessárias à eficiência e à regularidade dos trabalhos legislativos far-se-ão através da Presidência, cabendo à Secretaria a direção de todos os serviços administrativos da Câmara durante as sessões legislativas e nos seus interregnos.

Art. 40 - Para os serviços da Câmara e de suas comissões, somente a Mesa Executiva poderá requisitar servidores de outras repartições públicas municipais, bem como determinar a realização de concurso público para a admissão de pessoal para o seu quadro próprio.

Art. 41 - Decisão de competência da Mesa Executiva pode ser tomada, sem seu prévio assentimento, durante a sessão da Câmara Municipal, por quem a presidir, ad referendum da mesma.

SEÇÃO IV DA PRESIDÊNCIA

Art. 42 - A Presidência, órgão da Câmara Municipal quando ela houver de se enunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, observando o disposto neste Regimento.

Art. 43 - Além de outras atribuições expressas neste Regimento ou que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas, compete ao Presidente:

- I - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;
- II - dar posse aos Vereadores;
- III - dirigir a polícia interna da Câmara Municipal;
- IV - substituir o Prefeito Municipal, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;
- V - indicar, para nomeação da Mesa Executiva, os ocupantes de cargos em Comissão nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal;
- VI - assinar a correspondência oficial da Câmara Municipal;
- VII - zelar pelo prestígio e decoro da Câmara Municipal, bem como pela dignidade de seus membros, assegurando o respeito devido às suas prerrogativas;
- VIII - quanto às sessões da Câmara:

- a) presidí-las;

- b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- c) determinar, de ofício ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, que o Segundo Secretário proceda à verificação de quorum;
- d) declarar o início e o encerramento das diversas fases da sessão;
- e) conceder a palavra aos Vereadores;
- f) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se vai falar a favor ou contra a proposição;
- g) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de resistência, cassar-lhe a palavra;
- h) convidar o Vereador a retirar-se do recinto do Plenário, quando perturbar a ordem;
- i) chamar a atenção do Vereador, quando esgotar o tempo a que tem direito;
- j) decidir as questões de ordem;
- l) suspender ou levantar a sessão quando necessário;
- m) anunciar a Ordem do Dia;
- n) submeter a discussão e votação matéria a isso destinada;
- o) estabelecer o ponto da questão sobre a qual deve ser feita a votação;
- p) anunciar o resultado da votação;
- q) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia;
- r) determinar a distribuição da Ordem do Dia aos Vereadores;
- s) convocar sessões extraordinárias, solenes e especiais, nos termos deste Regimento;

IX - Quanto às proposições:

- a) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicadas, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;
- b) não aceitar emenda que não seja pertinente à proposição original;
- c) determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia, nos termos deste Regimento;
- d) encaminhar projetos de lei ordinária e complementar à sanção prefetural;
- e) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica, determinando sua publicação;
- f) promulgar resoluções e decretos legislativos aprovados pelo Plenário, determinando sua publicação;
- g) despachar, nos termos Regimentais, os requerimentos escritos ou verbais submetidos a sua apreciação.

X- Quanto às Comissões:

- a) homologar a sua composição, de acordo com a indicação das Lideranças;
- b) declarar a perda de lugar, por motivo de faltas;
- c) presidir as reuniões do Colégio de Líderes;
- d) presidir as reuniões dos Presidentes das Comissões Permanentes e Especiais;
- e) convocar, ao menos uma vez por mês, os Presidentes das Comissões Permanentes para reunidos sob a sua Presidência, com a presença dos Líderes, procederem ao exame de matérias e à adoção de providências julgadas necessárias ao bom andamento dos trabalhos legislativos;
- f) convidar o relator, ou outro membro da Comissão, a explicar as razões de parecer consideradas imprecisas ou incompletas.

XI - Quanto às reuniões da Mesa Executiva:

- a) convocá-las e presidí-las;
- b) tomar parte das discussões e deliberações, com direito de voto, e assinar os respectivos atos;
- c) distribuir a matéria que dependa de parecer;
- d) ser órgão das decisões cuja execução não for atribuída a outro membro.

XII - Determinar a realização, no início de cada legislatura, de curso de processo legislativo e técnica legislativa direcionado aos servidores comissionados, objetivando o aprimoramento e a capacitação para o exercício das atividades funcionais correlatas **(AC)**

§ 1º - O Presidente somente votará nos casos previstos no § 2º, do art. 125.

§ 2º - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a direção dos trabalhos ao seu substituto, e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que ele se propôs discutir.

§ 3º - Estando na direção dos trabalhos, o Presidente poderá fazer, a qualquer momento, Comunicação ao Plenário, quando se tratar de assunto de interesse da Câmara, do Município, do Estado ou do País.

Art. 44 - Ao Vice-Presidente compete:

I - assumir a Presidência sempre que o Presidente tiver que se ausentar do Município por mais de dez dias;

II - substituir o Presidente, na direção dos trabalhos da sessão, quando este não estiver presente no horário regimental ou tiver necessidade de deixar o seu lugar;

III - substituir o Prefeito Municipal, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;

IV - presidir as Comissões de Representação, sempre que delas participar;

V - participar das reuniões da Mesa Executiva e tomar parte nas discussões e deliberações;

VI - auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições, sempre que para isso for convocado.

Parágrafo único – O Vice-Presidente perceberá, proporcionalmente ao tempo de permanência do cargo, os valores referentes à remuneração do Presidente, nos casos dos Incisos I e III, deste artigo. **(NR)**

SEÇÃO V DA SECRETARIA

Art. 45 - Os três Secretários terão todas as designações de 1º, 2º e 3º, cabendo ao primeiro superintender os serviços administrativos da Câmara, desenvolvendo as seguintes atribuições: **(NR)**

I - receber convites, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara;

II - receber e fazer a correspondência oficial da Câmara;

III - decidir, em primeira instância, recursos contra atos do Diretor-Geral dos Serviços Administrativos;

IV - inspecionar os trabalhos e fiscalizar as despesas dos Serviços Administrativos da Câmara;

V - interpretar o Regulamento dos Serviços Administrativos;

VI - assinar juntamente com o Presidente, a Ordem do Dia, as resoluções, decretos legislativos, autógrafos de lei, bem como as leis ordinárias e complementares que devam ser promulgadas, nos termos da Lei Orgânica do Município;

VII - Quanto às Sessões:

a) verificar e declarar a presença dos Vereadores;

b) ler a matéria do expediente;

c) fiscalizar a elaboração das atas;

d) assinar, depois do Presidente, as atas das Sessões.

§ 1º - Ao Segundo Secretário serão atribuídas pela Mesa Executiva, em ato que deverá ser publicado dentro de trinta dias após a sua constituição, as funções que lhe sejam adequadas prevalecendo a distribuição da Mesa Executiva anterior, enquanto não modificada; e além disso, ter como atribuições:

I - fazer a chamada dos Vereadores, nos casos previstos neste Regimento;

II - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

III - ler, quando determinado pelo Presidente, a ata da sessão anterior;

IV - anotar as votações do Plenário;

V - assinar, depois do primeiro Secretário, as atas;

- VI - participar das discussões e deliberações da Mesa Executiva;
- VII - efetuar verificação de quorum, quando determinada pelo Presidente;
- VIII - auxiliar o primeiro Secretário, sempre que para isso for convidado;
- IX - secretariar as reuniões da Mesa Executiva.
- X - quanto aos serviços administrativos:
 - a) controlar a aquisição, distribuição e utilização de material de expediente pelas repartições da Câmara Municipal;
 - b) controlar a realização de despesas pelos Gabinetes de Vereadores;
 - c) regular a utilização e a manutenção dos veículos pertencentes à Câmara Municipal;
 - d) prestar aos Vereadores e Assessores Parlamentares as orientações necessárias ao exercício de suas atribuições.

§ 2º O Terceiro Secretário terá atribuições decorrentes de sua competência a serem definidas pela Mesa Executiva, além de: **(AC)**

- I - substituir os Secretários em suas faltas ou impedimentos. **(AC)**
- II - participar das discussões e deliberações da Mesa Executiva. **(AC)**
- III - quanto aos serviços administrativos: **(AC)**
 - a) controlar e organizar os documentos da Seção de Arquivo; **(AC)**
 - b) instituir um sistema de arquivo próprio para os documentos relativos a subvenções sociais, contribuições, auxílios e créditos adicionais especiais e suplementares. **(AC)**
 - c) organizar e controlar o funcionamento da TV Câmara. **(AC)**

§ 3º - Os Secretários conforme a sua enumeração ordinal, e assim, substituirão o Presidente, durante as sessões, na falta do Vice-Presidente. **(NR)**

§ 4º - Na ausência dos Secretários, o Presidente convocará os Vereadores presentes para compor a Mesa dos trabalhos, durante a sessão. **(AC)**

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - As Comissões da Câmara serão:

- I - permanentes, as que subsistem através das Legislaturas;
- II - temporárias, as que se extinguem com o término da Legislatura ou antes dela, quando preenchido o fim a que se destinam.

§ 1º - Ressalvadas as Disposições regimentais em contrário:

- a) as comissões permanentes terão três membros;
- b) as comissões temporárias terão cinco membros.

§ 2º - As comissões permanentes e temporárias poderão reunir-se fora das dependências da Câmara Municipal e deslocar-se para qualquer parte do território municipal, por decisão da maioria de seus membros.

§ 3º - As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva.

§ 4º - O presidente da Comissão organizará a pauta de suas reuniões, observadas as disposições regimentais pertinentes.

Art. 47 - Para a constituição das comissões, os Líderes, de comum acordo e, observada sempre que possível a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

§ 1º - Não havendo acordo entre as Lideranças partidárias, realizar-se-á eleição para a composição das comissões, observando-se, no que couber, o disposto nos artigos 28 e 29, deste Regimento.

§ 2º - A vaga em Comissão verifica-se em virtude de renúncia, falecimento ou destituição.

§ 3º - Será destituído da Comissão, além de outros casos previstos neste Regimento, o Vereador que não comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, durante a sessão legislativa, salvo motivo de força maior, comunicado e aceito pelos demais membros.

§ 4º - A destituição será declarada pelo Presidente da Câmara, após comunicação do presidente da Comissão.

§ 5º - O Vereador que for destituído de uma Comissão, a ela não poderá ser reconduzido na mesma sessão legislativa.

§ 6º - A vaga em Comissão será preenchida pelo Presidente da Câmara, no interregno de oito dias de sua declaração, observado o disposto no caput deste artigo, bem como no seu § 1º.

§ 7º - No caso de licença de Vereador que estiver no exercício da Presidência de Comissão Permanente ou Temporária, quando houver preenchimento da vaga pelo suplente, será procedida nova eleição entre os membros da respectiva Comissão, exclusivamente para o exercício da Presidência durante o período de licença do titular. **(AC)**

Art. 48 - Recebidas as indicações ou o resultado da eleição, o Presidente as homologará e dará posse aos membros indicados.

SEÇÃO II (NR) **DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUA COMPETÊNCIA**

Art. 49 - As Comissões Permanentes têm como atribuição estudar e emitir pareceres sobre matérias submetida a seu exame.

Art. 50 - São Comissões Permanentes:

- I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação;
- II - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscal
- III - Comissão de Educação, Cultura e Esporte; **(NR)**
- IV - Comissão de Obras, Serviços Públicos, Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Acessibilidade;
- V - Comissão de Saúde e Ação Social;
- VI - Comissão de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente;
- VII – Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança. **(AC)**

§ 1º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização terão cinco membros.

§ 2º - Cada Vereador, à exceção do Presidente e do 1º Secretário da Mesa Executiva, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma Comissão Permanente.

§ 3º - Os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação não poderão integrar as demais comissões permanentes.

§ 4º - Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 51 - Compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

a) opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnico-legislativo de todos os processos que tramitem pela Câmara, ressalvados aqueles que tiverem outro destino nos termos deste Regimento;

b) oferecer a redação final dos projetos ou substitutivos que recebam emendas ou que se apresentem em desacordo quanto ao aspecto formal, gramatical e técnico-legislativo.

II - à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização:

a) fazer a análise técnica e apreciar o mérito em seus aspectos econômicos e financeiros, de projetos que versem sobre:

1. matéria tributária;
2. abertura de crédito adicional;
3. operação de crédito;
4. dívida pública;
5. anistias e remissões de dívidas;
6. matérias que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no patrimônio Municipal;
7. servidores Públicos e seu regime jurídico;
8. criação, extinção e transformação de cargos, bem como a fixação ou a alteração de sua remuneração.

b) analisar, apreciar as emendas e emitir pareceres sobre Projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e suas eventuais alterações.

c) conhecer e apresentar pareceres sobre a prestação de contas do Poder Executivo e da Mesa Executiva da Câmara, após o pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado;

d) exercer as atividades de controle externo previstas no artigo 76, da Lei Orgânica do Município;

e) apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de incentivos fiscais não previstos em lei;

f) solicitar que a autoridade competente, no prazo de cinco dias, preste esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições;

g) propor à Câmara Municipal:

1. a sustação de ato do Poder Executivo que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública;
2. a representação ao Tribunal de Contas, visando a designação de técnico para, juntamente com seus membros, efetuar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial nas unidades administrativas de qualquer dos Poderes Municipais

III – à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a apreciação do mérito em matérias que digam respeito a: **(NR)**

a) ensino, cultura e esporte;

b) subvenção social e auxílio financeiro a entidades educacionais e culturais; **(NR)**

c) patrimônio histórico e natural;

d) ciência e arte;

e) revogado;

f) revogado;

g) revogado;

h) concessão de honorárias.

IV - Comissão de Comissão de Obras, Serviços Públicos, Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Acessibilidade, a apreciação do mérito em matérias que digam respeito a:

- a) prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município, ou em regime de concessão ou permissão;
- b) criação, organização e atribuição dos órgãos e entidades da administração municipal;
- c) desenvolvimento urbano e viário;
- d) controle do uso do solo urbano;
- e) planejamento, controle e alteração do sistema de trânsito e transporte do município
- f) parcelamento do solo;
- g) edificações;
- h) obras públicas;
- i) política habitacional do Município;
- j) denominação de vias, próprios e logradouros públicos;
- k) acessibilidade nas edificações;
- l) acessibilidade nos logradouros e mobiliário urbano;
- m) acessibilidade nos transportes.

V - à Comissão de Saúde e Ação Social, a apreciação do mérito em matérias que digam respeito a:

- a) saúde pública;
- b) assistência social;
- c) subvenção social e auxílio financeiro a entidades de assistência social, assistência à saúde e que se dediquem à preservação ou recuperação do meio ambiente;
- d) higiene;
- e) profilaxia sanitária;
- f) saneamento público.

VI - Comissão de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente a apreciação do mérito em matérias que digam respeito a:

- a) economia urbana e rural;
- b) fomento às atividades industriais, comerciais e de serviços;
- c) turismo em todas as suas manifestações;
- d) produção animal, vegetal e mineral;
- e) abastecimento;
- f) distritos industriais.
- g) controle de poluição ambiental;
- h) ecologia e meio ambiente;
- i) impacto ambiental.

VII – à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança: (AC)

- a) zelar pelo cumprimento integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- b) promover palestras, conferências, estudos e debates, providenciar trabalhos técnicos relativos aos direitos humanos, através da abordagem de temas como condições de vida, condições de trabalho, salários justos, liberdade de associação, condições de habitação, alimentação e transporte;
- c) acompanhar e investigar, no território do Município, qualquer tipo de lesão, individual ou coletiva, aos direitos humanos, que tenha sido apresentada através dos meios de comunicação ou denúncia;
- d) atuar preventivamente para a segurança e proteção dos direitos humanos, antecipando-se a acontecimentos onde exista possibilidade de lesão aos mencionados direitos;
- e) acompanhar, debater, discutir, sugerir, sempre com a participação popular a problemática da segurança do Município;

- f) acompanhar o processo de discussão dos projetos de segurança pública do Estado do Paraná.
- g) acompanhar os assuntos concernentes a programas de ajuda e assistência social;
- h) promover o respeito aos direitos ligados a raça e a opção sexual, bem como traçar diretrizes locais para a reinserção social de apenados;
- i) desenvolver e acompanhar matéria pertinente à problemática capital-trabalho;
- j) estar atenta aos assuntos referentes ao lazer;
- k) estudar questões relacionadas aos problemas da família, especialmente aqueles que envolvem a criança e o adolescente;
- l) lutar pela defesa dos direitos do cidadão enquanto consumidor, usuário de serviços públicos, contratante de serviços privados, morador, mutuário, inquilino, contribuinte, aposentado, pensionista, segurado e correntista, dentre outros;
- m) defender os interesses dos cidadãos perante o poder econômico e o Poder Executivo;
- n) promover debates, palestras, conferências e estudos, procurando esclarecer o cidadão de seus direitos enquanto consumidor, bem como providenciar trabalhos técnicos relativos à defesa do consumidor;
- o) manifestar-se sobre a política consumeirista, buscar reprimir os abusos cometidos e acompanhar os assuntos concernentes à defesa do consumidor.
- p) a apreciação do mérito em matérias que digam respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, à segurança pública, direito do consumidor, das minorias, da mulher, da criança e do idoso e do portador de deficiência física, em suas relações sociais, pessoais e de políticas públicas no Município, cabendo-lhe ainda o acompanhamento dos indicadores sociais para a avaliação permanente das questões relacionadas aos direitos fundamentais dos referidos segmentos.

Parágrafo Único - A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas Comissões, ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 52 - À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade, conformidade com a Lei Orgânica do Município e adequação regimental. (NR)

§ 1º - Se o parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

§ 2º - Se o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação for pela inadmissibilidade total da matéria, à unanimidade de seus membros, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, salvo recurso interposto pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, sendo nesta hipótese, o trâmite previsto no § 4º deste artigo.

§ 3º - Para fins de interposição do recurso que trata o parágrafo anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições;

I - identificação do(s) autor(es) do projeto sobre a conclusão da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do parecer no Departamento do Processo Legislativo;

II - prazo de 10 (dez) dias para a sua interposição, a contar da data da identificação do(s) autor(es), sob pena de indeferimento do recurso;

III - o recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal e deverá conter os fundamentos legais e jurídicos para a demonstração da admissibilidade da matéria.

§ 4º - Se o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela inadmissibilidade total da matéria não for unânime, antes de dar seguimento à proposição, o Presidente da Câmara a incluirá

na Ordem do Dia, para que o Plenário decida sobre a opinião da referida Comissão, vedado pedido de vistas.

§ 5º - Aprovado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela inadmissibilidade da matéria, em discussão e votação única, a proposição será arquivada definitivamente; se rejeitado, retornará às Comissões que devem manifestar-se sobre o mérito.

§ 6º - Em qualquer hipótese, o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela inadmissibilidade da matéria só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 53 - As comissões, em razão de matéria de sua competência, observarão o disposto no Art. 39, da Lei Orgânica do Município.

Art. 54 - Em seu funcionamento, as Comissões Permanentes observarão o seguinte:

- I - reuniões públicas;
- II - prazo de dois dias úteis para o presidente da Comissão designar relator;
- III - prazo de oito dias úteis para o relator apresentar parecer;
- IV - prazo máximo de três dias para vistas de membro de Comissão, se solicitada;
- V - deliberação por maioria simples.

§ 1º - Os trabalhos das comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria para deliberar.

§ 2º - Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

- I - discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - comunicação da matéria recebida e da sua distribuição ao relator;
- III - leitura de parecer cuja conclusão, votada pela Comissão em reunião anterior, não tenha ficado redigida;
- IV - discussão e votação de pareceres apresentados pelos relatores até o início da reunião.

§ 3º - O Vereador autor da proposição sujeita à apreciação da Comissão e os Líderes poderão participar, sem direito a voto, de seus trabalhos e debates, ainda que dela não sejam membros.

Art. 55 - As Comissões Permanentes serão compostas até o início da sessão legislativa.

§ 1º - Para a composição das Comissões Permanentes, observar-se-á o disposto no art. 47, deste Regimento.

§ 2º - Dentro do prazo de três dias após a posse de seus membros, a Comissão reunir-se-á para eleger seu Presidente.

§ 3º - Se nesse prazo não for eleito Presidente assumirá a Presidência, até a eleição, o membro mais idoso, o qual também substituirá o Presidente eleito, em suas faltas ou impedimentos.

Art. 56 - Ao Presidente da Comissão compete:

- I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão;
- III - determinar a leitura da ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação;
- IV - comunicar à Comissão a matéria recebida e despachá-la;
- V - designar Relator e distribuir-lhe a matéria sujeita a parecer;
- VI - dar conhecimento prévio da pauta das reuniões previstas à Comissão e às Lideranças;

- VII - conceder a palavra aos membros da Comissão, ao Vereador autor de matéria sujeita à sua apreciação e aos Líderes presentes que a solicitarem;
- VIII - submeter à votação as matérias sujeitas à deliberação da Comissão, proclamando o seu resultado;
- IX - conceder vista das proposições aos membros da Comissão, observado o disposto no art. 54, inciso III;
- X - convidar os membros presentes a assinar o Parecer, na forma do Voto Vencedor, ou facultar-lhes a apresentação de voto em separado;
- XI - solicitar ao Presidente da Câmara a indicação de substitutos para membros da Comissão;
- XII - solicitar aos órgãos próprios da Câmara Municipal a prestação de assessoria ou consultoria jurídica e técnico-legislativa, durante as reuniões ou para instruir matérias sujeitas à apreciação da Comissão.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá reservar-se a relatoria de matéria submetida à Comissão, tendo, em qualquer caso, direito a voz e voto.

§ 2º - Os Presidentes das Comissões Permanentes reunir-se-ão mensalmente, com a Presidência da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

§ 3º - Aplica-se às Comissões Temporárias, no que couber, o disposto neste artigo.

Art. 57 - Salvo exceções previstas neste Regimento, cada Comissão terá o prazo de quinze dias úteis para exarar parecer, prorrogável, uma única vez, por igual período, pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º - Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão, que deve pronunciar-se em seqüência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º - Pedido de informações dirigido ao Poder Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através da Mesa Executiva, suspendem o prazo previsto do caput deste artigo, até cinco dias após o recebimento da resposta.

§ 4º - Para matéria com pedido de urgência, o prazo para exarar parecer será de quinze dias, comum a todas as Comissões que devam se pronunciar.

Art. 58 - Matéria sujeita à apreciação das Comissões será instruída pelos órgãos de assessoramento superior da Câmara Municipal, no prazo de oito dias.

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
SUBSEÇÃO I
DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 59 - As Comissões Especiais serão constituídas mediante requerimento escrito, apresentado por qualquer Vereador, aprovado por maioria simples.

§ 1º - A proposição indicará, fundamentalmente, a finalidade da Comissão Especial, o número de membros que deverão compô-la e o prazo de sua duração.

§ 2º - Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer Comissão Permanente.

SUBSEÇÃO II DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO(NR)

Art. 60 - A Câmara, a requerimento de um terço dos Vereadores, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada única e exclusivamente à apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação, além de outros previstas em lei e neste Regimento Interno. **(NR)**

Parágrafo único – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, social e econômica do Município, que demande investigação, elucidação e fiscalização, e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.**(NR)**

Art. 60-A- Após a leitura em Plenário do requerimento de instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, será suspensa a Sessão para que as lideranças partidárias com assento na Câmara Municipal, de comum acordo e observada sempre que possível à proporcionalidade partidária, indiquem os membros das respectivas bancadas que a constituirão.**(AC)**

§ 1º -Não havendo acordo entre as lideranças partidárias, realizar-se-á eleição no Plenário para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, através de votação nominal, cabendo ao Presidente proclamar eleitos os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos.**(AC)**

§ 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por 05 (cinco) membros.**(AC)**

§ 3º - Em sua primeira reunião, que deverá ocorrer até 10 (dez) dias da data de sua composição, a Comissão Parlamentar de Inquérito, por deliberação da maioria simples dos membros, elegerá seu Presidente e Relator.**(AC)**

§ 4º - Os nomes do Presidente e do Relator serão obrigatoriamente comunicados à Mesa Executiva, mediante ofício, a qual, por sua vez, incluirá o referido expediente para leitura na sessão seguinte à comunicação.**(AC)**

§ 5º - Até 20 (vinte) dias após a sua composição, a Comissão parlamentar de Inquérito deverá requerer o prazo necessário para a conclusão de seus trabalhos, o qual não poderá exceder a 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, mediante deliberação do Plenário.**(AC)**

§ 6º - A Comissão Parlamentar de Inquérito que não iniciar ou deixar de concluir seus trabalhos no prazo estabelecido, será automaticamente extinta.**(AC)**

§ 7º - Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto duas outras estiverem em funcionamento.**(AC)**

Art. 60-B- A Comissão Parlamentar de Inquérito, no exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá:**(AC)**

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório e com a aquiescência do Poder Executivo Municipal, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, necessários aos seus trabalhos;**(AC)**

II - solicitar à Mesa Executiva assessoria ou consultoria externas, devidamente

justificadas;**(AC)**

III - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso;**(AC)**

IV - requisitar informações e documentos de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;**(AC)**

V - proceder “in loco” a verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;**(AC)**

VI - requerer a audiência de vereadores e secretários municipais ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito Municipal;**(AC)**

VII - incumbir qualquer de seus membros, ou servidores requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, delas dando conhecimento prévio à Mesa Executiva;**(AC)**

VIII - deslocar-se, por necessidade imperiosa e devidamente justificada e mediante autorização da Mesa Executiva, para a realização de investigações e audiências;**(AC)**

IX - requerer a intimação judicial ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.**(AC)**

§ 1º - As providências, diligências, determinações e demais atos decorrentes das prerrogativas, atribuições e competências estabelecidas nos incisos anteriores, deverão ser objeto, obrigatoriamente e sob pena de nulidade, de deliberação da maioria absoluta dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja tomada de decisão deverá ser registrada em ata devidamente assinada pelos membros presentes.**(AC)**

§ 2º - Todas as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, no que se inclui a realização de audiências com a finalidade de ouvir indiciados e inquirir testemunhas, só poderão ocorrer mediante a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo obrigatória a presença do seu Presidente e seu Relator.**(AC)**

§ 3º - No caso de falta de quorum para a realização das reuniões e audiências de que trata o parágrafo anterior, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito serão suspensos ou adiados.**(AC)**

§ 4º - As reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão públicas, salvo em situações excepcionais, assim definidas por deliberação da maioria absoluta de seus membros.**(AC)**

§ 5º - O desrespeito às disposições previstas nos parágrafos anteriores, poderá acarretar a destituição do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, a requerimento de qualquer membro da Comissão e por deliberação plenária da maioria absoluta dos Vereadores com assento na Câmara. **(AC)**

Art. 60-C- Ao término dos trabalhos, o Relator apresentará relatório preliminar, o qual será submetido à discussão e votação pela Comissão, em reunião previamente convocada para tal finalidade.**(AC)**

§ 1º - Após a discussão, o Presidente da Comissão submeterá o relatório preliminar à votação, o qual, se aprovado pela maioria absoluta dos membros, constituirá o relatório final da Comissão.**(AC)**

§ 2º - O voto dos membros da Comissão, em face do relatório preliminar apresentado pelo Relator, poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, sendo obrigatório, nos dois últimos casos, a apresentação de relatório em separado.**(AC)**

§ 3º - O relatório em separado, acompanhado pela maioria absoluta dos membros, constituirá o relatório final da Comissão.(AC)

§ 4º - O relatório preliminar apresentado pelo Relator e não acolhido pela Comissão, constituirá relatório em separado.(AC)

Art. 60-D- O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá conter, de forma alternativa ou cumulativamente, as seguintes conclusões e encaminhamentos:(AC)

I - à Mesa Executiva, para providências de alçada desta;(AC)

II - ao Ministério Público e/ou ao Tribunal de Contas do Estado, com cópia da documentação, para ciência destes e promoção da responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas ou adoção de outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;(AC)

III - ao Poder Executivo, sugerindo ou recomendando a adoção de providências;(AC)

IV - apresentação de proposição legislativa;(AC)

V - pelo arquivamento.(AC)

§ 1º - Se forem diversos os fatos inter-relacionados ao objeto do inquérito, as conclusões e os encaminhamentos versarão sobre cada um deles.(AC)

§ 2º - O resumo das conclusões e encaminhamentos da Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ser divulgado, obrigatoriamente, no órgão de publicação dos atos oficiais do Município.(AC)

Art. 60-E- As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal e demais disposições legais e regimentais vigentes.(AC)

SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 61 - As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador, aprovado em Plenário, e terão até três membros.

Parágrafo Único - Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, bem como membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

SUBSEÇÃO IV DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 62 - As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infração prevista na Lei Orgânica e neste Regimento, cominada com a perda do mandato;

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa Executiva, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra Prefeito ou Vice-Prefeito, por infração político-administrativa prevista em lei.

§ 1º - As Comissões Processantes são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos.

§ 2º - Consideram-se impedidos:

- I - o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III, deste artigo;
- II - os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa Executiva contra o qual é dirigida, no caso do inciso II, deste artigo.

§ 3º - Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de quarenta e oito horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

SEÇÃO IV DOS PARECERES

Art. 63 - Parecer é o pronunciamento de Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Art. 64 - O Parecer conterá:

- I - Relatório, que indicará o autor da matéria, se houver, a síntese da proposição, e o registro das principais ocorrências havidas durante a tramitação;
- II - Voto do Relator, em que este expressa, em termos objetivos, o seu convencimento quanto à conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria analisada, ou a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;
- III - Conclusão da Comissão, que indicará o pronunciamento desta a respeito da matéria analisada, indicando os Vereadores votantes e os respectivos votos.

§ 1º - O Voto do Relator será submetido, em reunião, a discussão e votação pela Comissão.

§ 2º - Qualquer membro da Comissão poderá usar da palavra, assim como o Vereador autor da proposição em debate e os Líderes presentes.

§ 3º - Encerrada a discussão, o presidente submeterá o Voto do Relator à votação, o qual, se aprovado pela maioria, constituirá a conclusão da Comissão, assinando-a todos os membros presentes.

§ 4º - O voto dos membros da Comissão, em face do voto do Relator, poderá ser favorável, contrário, ou favorável com restrições, devendo, nos dois últimos casos, vir acompanhado, por escrito e em separado, das razões que o fundamentam.

§ 5º - O voto em separado, acompanhado pela maioria da Comissão, poderá constituir a sua conclusão.

§ 6º - O Voto do Relator não acolhido pela Comissão poderá constituir voto em separado.

§ 7º - Não acolhidos pela maioria o Voto do Relator ou o voto em separado, novo Relator será designado pelo Presidente da Comissão.

§ 8º - A aposição de assinatura em Parecer, sem qualquer indicação, implicará na concordância do signatário com a manifestação do Relator.

Art. 65 - Sómente nos casos previstos neste Regimento o parecer de Comissão poderá ser verbal.

Parágrafo Único - Não poderá ser verbal o Parecer em:

- I - projeto de emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - projeto de lei complementar;
- III - projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito;

IV - projetos de codificação.

**TÍTULO IV
DAS SESSÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 66 - As Sessões da Câmara Municipal serão públicas.

Art. 67 - As sessões poderão ser:

- I - Preparatórias, as que precedem a instalação da Legislatura;
- II - Ordinárias, as realizadas em data e horários previstos neste Regimento, independente de convocação;
- III - Extraordinárias, as realizadas em hora diversa da fixada para as sessões ordinárias, mediante convocação, para apreciação de matéria em Ordem do Dia;
- IV - Solenes, as convocadas para:

- a) dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito;
- b) comemorar fatos históricos, dentre os quais, obrigatoriamente, o aniversário de Ponta Grossa;
- c) instalar a Legislatura;
- d) proceder à entrega de honrarias e outras homenagens que a Câmara entender relevantes;

V - Especiais, as convocadas para:

- a) eleição dos membros da Mesa Executiva;
- b) julgamento de representação contra membro da Mesa Executiva, Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito, nos casos expressos neste Regimento;
- c) palestras e conferências;
- d) ouvir titular de órgão ou entidade da administração municipal.

Art. 68 - As Sessões Ordinárias terão início às quatorze horas, as segundas e quartas-feiras, ficando os demais dias da semana destinados aos trabalhos das Comissões, salvo quando necessários à realização de sessões extraordinárias ou especiais.**(NR)**

Art. 69 - As Sessões Extraordinárias, Solenes e Especiais serão convocadas pelo Presidente, de ofício, a requerimento de qualquer Vereador ou por solicitação do Prefeito.

Parágrafo Único - No caso deste artigo, a convocação efetuada em sessão constará da respectiva ata, sendo cientificados, pessoalmente e por escrito, os Vereadores ausentes.

Art. 70 - O Presidente anunciará, antes do encerramento de cada sessão ordinária ou extraordinária, a Ordem do Dia da sessão subsequente.

§ 1º - Não sendo possível a comunicação na forma prevista neste artigo, a Ordem do Dia será disponibilizada no site da Câmara (www.cmpg.pr.gov.br) ou publicada no Órgão Oficial do Município, até o dia imediatamente anterior ao da realização da sessão ordinária ou extraordinária.**(NR)**

§ 2º - A comunicação de que trata o parágrafo anterior restringir-se-á a projeto, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica do Município, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo e de Resolução. **(NR)**

Art. 71 - A sessão poderá ser suspensa para:

- I - preservação da ordem;

- II- permitir, quando necessário, que Comissão apresente parecer verbal ou por escrito;
- III - entendimento das Lideranças sobre matéria em discussão;
- IV - recepcionar visitantes ilustres.

Parágrafo Único - O tempo de suspensão não será computado na duração da sessão.

Art. 72 - A sessão será encerrada:

- I - por falta de quorum regimental para o prosseguimento dos trabalhos;
- II - quando esgotada a matéria da Ordem do Dia e não houver oradores para explicações pessoais;
- III - em caráter excepcional, por motivo de luto pelo falecimento de autoridade, ou por calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação plenária;
- IV - por tumulto grave.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 73 - As sessões ordinárias e extraordinárias compor-se-ão de quatro partes:

- I - Expediente;
- II - Comunicação Parlamentar;
- III - Ordem do Dia; **(NR)**
- IV - Pequeno Expediente. **(NR)**

§ 1º - À exceção do Expediente e da Ordem do Dia, as demais partes das sessões poderão ser suprimidas, por proposição verbal de qualquer Vereador no instante em que for anunciado o seu início, aprovada pelo Plenário.

§ 2º - As sessões ordinárias e extraordinárias terão a duração de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas por igual período, por iniciativa do Presidente, de ofício, ou mediante proposição verbal de qualquer Vereador, tantas vezes quantas forem deliberadas pelo Plenário.**(NR)**

SEÇÃO II

DO EXPEDIENTE

Art. 74 - Com a presença mínima de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara Municipal, o Presidente, invocando as bênçãos e a proteção de Deus, declarará aberta a sessão, iniciando-se o Expediente, que terá a duração de até vinte minutos.

Art. 75 - O Expediente destina-se:

- I - à leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
- II - à leitura do expediente recebido do Poder Executivo;
- III - à leitura do expediente recebido dos Vereadores e Comissões da Câmara Municipal;
- IV - à leitura do sumário do expediente recebido de fontes diversas;
- V - à leitura do sumário das proposições apresentadas, na seguinte ordem:

- a) projetos de emenda à Lei Orgânica;
- b) projetos de lei complementar;
- c) projetos de lei ordinária;
- d) projetos de decreto legislativo;
- e) projetos de resolução;
- f) moções;
- g) requerimentos;

h) revogada

VI - à Tribuna Livre, uma vez por mês, em Sessão Ordinária, podendo usar a palavra por dez minutos improrrogáveis, pessoa inscrita perante a Segunda Secretaria, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, por entidade da sociedade civil.**(AC)**

§ 1º - Não se admitirá o uso da Tribuna Livre por**(AC)**

- I - integrante de diretório de partido político;
- II - candidato a qualquer cargo público;
- III - político investido de mandato, cargo ou função pública.

§ 2º - É proibido o uso da Tribuna Livre para:**(AC)**

- I - proferir ofensas às instituições ou autoridades legalmente investidas em poder público;
- II - defesa de interesses pessoais ou individuais.

§ 3º - Em caso de uso abusivo da Tribuna Livre, ficará proibida nova inscrição do responsável pelo período de um ano, sem prejuízo da entidade representada, que poderá inscrever-se novamente com outro representante.**(AC)**

§ 4º - As proposições de iniciativa de Vereador deverão ser entregues à Mesa Executiva até às 19h00 do último dia útil anterior à sessão, observadas as normas regimentais e administrativas aplicáveis, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.**(NR)**

§ 5º - Se a discussão da ata e a leitura do sumário do expediente esgotarem o tempo de Expediente, o Presidente despachará os papéis que não tiverem sido lidos.**(AC)**

§ 6º - Após a leitura das proposições enunciadas no inciso I, do Art. 93, será fornecido uma cópia aos Vereadores, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.**(AC)**

SEÇÃO III DA COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

Art. 76 - A Comunicação Parlamentar terá início no fim do Expediente e terá a duração de sessenta minutos.

§ 1º - Nas Sessões Ordinárias, o Vereador poderá usar da palavra mediante requerimento de inscrição protocolizado no Departamento do Processo Legislativo, com antecedência de trinta minutos do início da sessão. **(NR)**

§ 2º - Nas Sessões Extraordinárias, o Vereador poderá usar da palavra mediante requerimento verbal imediatamente após o término do expediente. **(NR)**

§ 3º - Tanto nas Sessões Ordinárias quanto nas Extraordinárias, o Vereador inscrito poderá fazer uso da palavra somente uma única vez, durante dez minutos, improrrogáveis, para tratar de assunto de livre escolha, sendo permitidos apartes que serão breves. **(NR)**

§ 4º - O Presidente concederá a palavra aos Vereadores, de acordo com a ordem dos protocolos ou requerimentos verbais, conforme o caso, até que se esgote o prazo da Comunicação Parlamentar. **(NR)**

§ 5º - Nas Sessões Ordinárias, esgotado o prazo da Comunicação Parlamentar, os Vereadores que não usarem da palavra ficam, automaticamente e preferencialmente, inscritos na Sessão Ordinária subsequente, mantendo-se a ordem dos protocolos. **(NR)**

§ 6º - Não será permitida nova inscrição ao Vereador antes de haver usado a palavra. **(AC)**

§ 7º - O Vereador orador poderá requerer a remessa de cópias de seu discurso a autoridades ou entidades que nominar. **(AC)**

§ 8º - Nas Sessões Ordinárias, o Vereador que estiver ausente do Plenário no momento da concessão da palavra pelo Presidente, perderá o uso da palavra, sendo necessário um novo requerimento de inscrição para fazer uso da palavra na Sessão Ordinária subsequente, nos termos do § 1º deste artigo.**(NR)**

SEÇÃO III – A (AC) DO PEQUENO EXPEDIENTE

Art. 76 - A - O Pequeno Expediente terá início logo após o término da Ordem do Dia, podendo usar da palavra os Líderes de Bancada, Governo e Blocos Parlamentares ou através de seus liderados, por cinco minutos, mediante inscrição através de chamada realizada pelo Terceiro-Secretário antes do seu início.**(NR)**

SEÇÃO IV DA ORDEM DO DIA

Art. 77 - Findo o tempo destinado à Comunicação Parlamentar, passar-se-á à Ordem do Dia.

§ 1º - Verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, dar-se-á início às discussões, obedecida a seguinte ordem:

- I - matérias em regime especial;
- II - matérias em regime de urgência;
- III - vetos;
- IV - matérias em regime de preferência;
- V - matérias em redação final;
- VI - suprimido;
- VII - matérias em segunda discussão;
- VIII - matérias de primeira discussão;
- IX - recursos;
- X - moções;
- XI - requerimentos;
- XII - indicações**(AC)**

§ 2º - Por determinação do Presidente, o Primeiro-Secretário procederá à leitura da súmula da matéria a ser apreciada.

§ 3º - O Presidente anunciará a matéria em discussão, a qual será encerrada se nenhum Vereador houver solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação.

Art. 78 - A ordem dos trabalhos estabelecida nesta seção poderá ser alterada ou interrompida:

- I - no caso de assunto urgente;
- II - no caso de inversão de pauta;
- III - no caso de preferência;
- IV - para posse de Vereador.

§ 1º - Entende-se urgente para interromper a Ordem do Dia aquilo capaz de tornar-se nulo e de nenhum efeito se deixar de ser imediatamente tratado.

§ 2º - O Vereador, para tratar de assunto urgente, usará da seguinte expressão: "Peço a palavra para assunto urgente".

§ 3º - Concedida a palavra, o Vereador deverá, de imediato, manifestar a urgência, e caso não o faça terá a palavra cassada.

§ 4º - A inversão da pauta da Ordem do Dia deverá ser solicitada através de requerimento verbal, convenientemente fundamentado, procedendo-se de acordo com a deliberação plenária.

§ 5º - Para que se aprecie preferencialmente qualquer matéria, deverá ser formulado requerimento verbal sujeito à aprovação do Plenário.

SEÇÃO V(Revogada) DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 79 - **Revogado**

Art. 80 - **Revogado**

CAPÍTULO III DA ORDEM DOS DEBATES

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Poder Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º - Os Vereadores deverão permanecer no Plenário no decorrer da votação da Ordem do Dia.

§ 2º - O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º - Nenhuma conversação será permitida no recinto do Plenário em tom que dificulte a leitura do expediente, a chamada, as deliberações da Mesa Executiva e os debates.

SEÇÃO II DO USO DA PALAVRA

Art. 82 - O Vereador poderá falar:

I - por cinco minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar a ata;
- b) se autor de proposição ou Líder partidário, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para Explicação Pessoal.
- e) para formular questão de ordem, ou pela ordem;

II - por cinco minutos, com apartes, para discutir requerimento, moção, indicação e para discutir a redação final dos projetos; **(NR)**

III - por quinze minutos, com apartes:

- a) **revogado**
- b) para discutir projetos de sua autoria.

IV - por dez minutos, com apartes:

- a) para discutir proposição, exceto moção e indicação;(NR)
- b) para discutir matéria não prevista neste Regimento.
- c) para tratar de assuntos de sua livre escolha durante a Comunicação Parlamentar.(AC)

§ 1º - O tempo de que o Vereador dispõe começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º - Aplica-se o disposto no inciso III, alínea b, ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

§ 3º - Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo da interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

Art. 83 - É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 84 - O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

- I - para Comunicação importante e inadiável à Câmara;
- II - para recepção de visitantes ilustres;
- III - por ter transcorrido o tempo regimental;
- IV - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

SEÇÃO III DOS APARTES

Art. 85 - Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º - O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

§ 2º - Ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, é vedado apartear.

Art. 86 - Não é permitido aparte:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;
- III - paralelo ou cruzado;
- IV - nas hipóteses de uso da palavra em que não cabe aparte.

CAPÍTULO IV DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 87 - Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poder o Vereador falar “pela Ordem”, para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo Único - O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar “pela Ordem”, mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 88 - Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em “Questão de Ordem”.

§ 1º - É vedado formular simultaneamente mais de uma Questão de Ordem.

§ 2º - As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, até o término da próxima Sessão Ordinária da Câmara.

§ 3º - Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

CAPÍTULO V DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 89 - Das decisões do Presidente, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo Único - O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando versar sobre recebimento de Emenda, caso em que o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 90 - O recurso deve ser interposto, por escrito, até o início da próxima Sessão Ordinária da Câmara.

§ 1º - Na hipótese do disposto no Parágrafo Único do artigo anterior, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até uma hora depois do encerramento da sessão, não for deduzido por escrito.

§ 2º - No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Mesa Executiva.

§ 3º - No prazo improrrogável de três sessões, a Mesa Executiva emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º - O recurso e o Parecer da Mesa Executiva serão imediatamente incluídos na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º - A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO VI DAS ATAS

Art. 91 - De cada sessão plenária lavrar-se-á ata destinada aos anais, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser apreciada pelo Plenário, nela constando os nomes dos Vereadores presentes na hora do início da sessão.

§ 1º - Ao iniciar o Expediente, o Presidente colocará em discussão a ata da sessão anterior, considerando-se a mesma aprovada se não sofrer impugnação.

§ 2º - Havendo impugnação, considerar-se-á a ata aprovada com restrições, devendo constar a retificação.

§ 3º - Aprovada a ata, será a mesma assinada por todos os Vereadores presentes à sessão e suas páginas rubricadas pelo Presidente.

§ 4º - Não havendo quorum para realização de sessão, será lavrado termo da ata, nele constando o nome dos Vereadores presentes e o expediente despachado.

§ 5º - Da ata da sessão poderá ser extraída cópia para o Vereador, para conhecimento, por solicitação deste.

Art. 92 - Os documentos lidos em sessão serão mencionados em resumo na ata.

**TÍTULO V
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

**CAPÍTULO I
DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE**

Art. 93 - Toda matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal, de suas Comissões, da Mesa Executiva e do Presidente, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projeto, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica do Município, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução;

II - indicações;**(AC)**

III - requerimentos;

IV - moções;

V - emendas.

Parágrafo Único - A emenda referida no inciso IV, deste artigo, é proposição acessória.

Art. 94 - Somente serão recebidas pelo Presidente da Câmara proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º - As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estar assinada pelo autor, ou autores.

§ 2º - As proposições que fizerem referência a leis ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 95 - Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º - Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º - Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborda assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º - No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o seu arquivamento.

§ 4º - No caso da semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 96 - A Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos manterá, através do Departamento do Processo Legislativo, sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se atesta o dia e a hora da entrada. **(NR)**

Parágrafo Único - Na mesma Sessão Legislativa não se receberá proposição sobre matéria idêntica a outra já aprovada ou rejeitada, exceto diante proposta da maioria dos membros da Câmara Municipal.**(NR)**

I – **suprimido**

II - **suprimido**

Art. 97 - Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica ou neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem Parecer da Comissão competente.**(NR)**

Art. 98 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase do processo legislativo, a retirada de proposição de sua autoria.

§ 1º - Se a matéria não tiver recebido parecer favorável de Comissão que tenha competência para opinar sobre o mérito, nem tenha sido submetida à deliberação do Plenário, o requerimento será decidido, de plano, pelo Presidente.

§ 2º - Se a matéria tiver recebido parecer favorável de Comissão, ou tiver sido aprovada pelo Plenário, a este competirá a decisão.

Art. 99 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa Executiva fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 100 - Aplicam-se as disposições deste capítulo ao projeto de lei oriundo da iniciativa popular, nos termos do artigo 55, da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 101 - Os projetos, com súmula elucidativa de seu objeto, serão articulados segundo a técnica legislativa, redigidos de forma clara e precisa, não podendo conter artigos com matéria em antagonismo ou sem relação entre si.

§ 1º - Nenhum projeto conterà matéria estranha ao seu objetivo, ou que não lhe seja conexas.

§ 2º - A elaboração dos projetos atenderá aos seguintes preceitos:

I - a numeração dos artigos será ordinal até o nono e, a seguir, cardinal;

II - desdobram-se:

- a) os artigos em Parágrafos, em incisos ou em Parágrafos e incisos;
- b) os Parágrafos em incisos;
- c) os incisos em alíneas;
- d) as alíneas em itens;

III - os Parágrafos observarão, para a sua numeração, o disposto no inciso I, salvo o Parágrafo Único, que será grafado por extenso;

IV - serão indicados:

- a) os incisos, por algarismos romanos;
- b) as alíneas, por letras minúsculas;
- c) os itens, por algarismos arábicos;

V - o agrupamento de:

- a) artigos constituirá a Seção, que poderá desdobrar-se em Subseções;
- b) Seções constituirá o Capítulo;
- c) Capítulos constituirá o Título;
- d) Títulos constituirá o Livro;
- e) Livros constituirá a Parte, que poderá desdobrar-se em Geral e Especial ou consistir simplesmente em Parte, seguida de numeração ordinal, grafada por extenso;

VI - os grupos a que se refere o inciso anterior poderão compreender os subgrupos Disposições Preliminares e Disposições Gerais;

VI - as Disposições que, pelo seu sentido, não couberem em qualquer dos grupos, serão incluídas em Disposições Finais, e as que não tiverem caráter permanente constituirão as Disposições Transitórias;

VII - o artigo que estabelecer a data da vigência indicar, quando possível especificadamente, a legislação anterior revogada.

Art. 102 - Cabe à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, preliminarmente à análise do projeto, solicitar a sua instrução pelo autor, no caso de não observância do disposto neste artigo.

Art. 103 - O projeto que receber parecer contrário quanto ao mérito, das Comissões competentes para examiná-lo, será incluído na Ordem do Dia, para o Plenário decidir, preliminarmente, sobre a sua conclusão. **(NR)**

Art. 104 - Nenhum projeto será discutido e votado sem ter sido divulgado por cópia, a todos os Vereadores, e sem que sua inclusão na pauta da Ordem do Dia tenha sido anunciada no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 105 - Na hipótese do art. 54, § 1º, da Lei Orgânica, o projeto será incluído na Ordem do Dia independentemente de parecer de Comissão, observado o disposto no art. 141, II, deste Regimento.

Art. 106 – Desde que os projetos estejam devidamente instruídos com pareceres das Comissões competentes, serão divulgados e incluídos na Ordem do Dia. **(NR)**

Parágrafo único - À critério do Presidente da Câmara Municipal, poderão ser arquivadas proposições legislativas não deliberadas em legislaturas anteriores.

CAPÍTULO III(AC) DAS INDICAÇÕES

Art. 107 - Indicação é a proposição em que o Vereador solicita medidas de interesse público, cuja execução administrativa seja de competência de órgãos e/ou entidades do Poder Executivo Municipal. **(NR)**

§ 1º - As indicações recebidas pela Mesa Executiva, desde que relativas à matéria de competência municipal, serão incluídas na Ordem do Dia da sessão subsequente, independentemente de leitura e parecer.

§ 2º - O Plenário deliberará simultaneamente sobre todas as indicações constantes da Ordem do Dia, em votação única. **(NR)**

§ 3º - Aprovada a indicação, o Presidente remeterá cópia da mesma ao seu destinatário.

§ 4º - As respostas às providências solicitadas em indicações serão comunicadas ao seu autor, permanecendo cópia no Departamento do Processo Legislativo.

CAPÍTULO IV DOS REQUERIMENTOS

SEÇÃO I DEFINIÇÕES E ESPÉCIES

Art. 108 - Requerimento é a proposição dirigida à Mesa Executiva, por intermédio do Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência municipal.

§ 1º - Quanto à competência decisória, os requerimentos são:

- I - sujeitos à decisão do Presidente;
- II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º - Quanto à forma, os requerimentos são:

- I - verbais;
- II - escritos.

SEÇÃO II

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DECISÃO DO PRESIDENTE

Art. 109 - Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

- I - a palavra, ou sua desistência;
- II - permissão para falar sentado;
- III - retificação de ata;
- IV - verificação de quorum;
- V - verificação de votação pelo processo simbólico;
- VI - a posse de Vereadores;
- VII - “pela ordem”, à observância de Disposições regimentais;
- VIII - esclarecimento sobre a ordem dos trabalhos;
- IX - a inclusão, em Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;
- X - documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre a proposição em discussão;
- XI - a anexação de proposições semelhantes;
- XII - desarquivamento de proposições;
- XIII - a suspensão da sessão;
- XIV - destaque para matéria em votação;
- XV - leitura de qualquer documento para conhecimento do Plenário;
- XVI - justificativa de voto.

Art. 110 - Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I - a juntada de documentos à proposição em tramitação;
- II - a inserção em ata de voto de pesar;
- III - a retirada, pelo autor, de proposição;
- IV - informações oficiais; **(AC)**
- V - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. **(AC)**

§ 1º - Os requerimentos de informações oficiais versarão sobre atos da Mesa Executiva, do Poder Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias, permissionárias e delegatárias de serviços públicos municipais e das entidades com o Município conveniadas ou consorciadas. **(AC)**

§ 2º - Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas ao autor do requerimento, permanecendo cópia no setor competente do Serviço Administrativo da Câmara Municipal. **(AC)**

§ 3º - Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor. **(AC)**

§ 4º - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias do recebimento das informações, espaço de tempo reservado para a devida análise, o autor do requerimento deverá obrigatoriamente, pronunciar-se sobre o assunto na sessão subsequente, utilizando-se do horário destinado à Comunicação Parlamentar, com inscrição preferencial, respeitado o disposto no Art. 25, do Regimento Interno. **(AC)**

Art. 111 – **suprimido**

SEÇÃO III DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 112 - Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão, o requerimento que solicite:

- I - a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;
- II - a inversão da Ordem do Dia;
- III - **revogado**
- IV - a votação da proposição por título, capítulo ou sessões;
- V - a votação em destaque;
- VI - a preferência nos casos previstos neste Regimento;
- VII - o encerramento da sessão na hipótese do art. 72, inciso III.

Art. 113- Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

- I - a constituição de Comissão de Representação;
- II - a inserção, em ata, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, ou pronunciamento de Vereador, proferido na sessão.

Art. 114- Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito apresentado durante o Expediente que solicite:

- I - a realização de sessão extraordinária ou solene;
- II - a constituição de Comissão Especial;
- III - a inserção, em ata, de voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;
- IV - regime de urgência para determinada proposição;
- V - licença de Vereador;
- VI - a manifestação da Câmara Municipal sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;
- VII - **suprimido**
- VIII - **suprimido**

- § 1º - **suprimido**
- § 2º - **suprimido**
- § 3º - **suprimido**
- § 4º - **suprimido**

SEÇÃO IV DAS MOÇÕES

Art. 115 - Moção é a proposição em que o Vereador sugere a manifestação da Câmara Municipal sobre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.(NR)

Art. 116 - A Moção, depois de lida, será despachada à Ordem do Dia da sessão subsequente, independentemente de parecer, para ser apreciada, simultaneamente, em discussão e votação única, facultando a qualquer Vereador requerer destaque para discussão. (NR)

SEÇÃO IV-A (AC) DAS MOÇÕES DE SUGESTÃO LEGISLATIVA

Art. 116-A - Moção de Sugestão Legislativa é a proposição por meio da qual o Vereador sugere ao Prefeito Municipal a realização de estudos e posterior encaminhamento de Projeto de Lei ou de Emenda à Lei Orgânica, cuja iniciativa e/ou competência seja atribuída com exclusividade ao Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município. **(AC)**

§ 1º - A Moção de Sugestão Legislativa deverá ser redigida de forma sintética, com observância dos termos da Lei Complementar Federal nº 95, de 26/02/1998 e suas posteriores alterações, contendo todos os elementos necessário à sua compreensão. **(AC)**

§ 2º - A Moção de Sugestão Legislativa, depois de lida, será despachada à Ordem do Dia da sessão subsequente, independentemente de parecer, para ser apreciada, simultaneamente, em discussão e votação única, facultando a qualquer Vereador requerer destaque para discussão. **(AC)**

§ 3º - Se aprovada, o Presidente remeterá cópia da Moção de Sugestão Legislativa ao destinatário; sendo rejeitada, será arquivada no Departamento do Processo Legislativo. **(AC)**

§ 4º - As respostas às Moções de Sugestão Legislativa serão comunicadas ao(s) seu(s) autor(es), permanecendo cópia no Departamento do Processo Legislativo. **(AC)**

SEÇÃO V DAS EMENDAS

Art. 117- Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

- I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;
- II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se Substitutivo Geral;
- III - aditiva, a que acrescenta novas Disposições à principal;
- IV - modificativa, a que altera a proposição sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo Único - Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra.

Art. 118- As emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º - As emendas apresentadas à Comissão que estiver analisando o projeto serão apreciadas por esta juntamente com a proposição principal.

§ 2º - As emendas poderão ser apresentadas:

- I - por Vereador, até a data em que o Projeto figurar na Ordem do Dia para discussão em primeiro turno; **(NR)**
- II - pela maioria dos Vereadores, quando o Projeto figurar na Ordem do Dia para discussão em segundo turno. **(NR)**

§ 3º- Aprovada a emenda em segundo turno, a proposição submeter-se-á à redação final. **(AC)**

§ 4º - Observadas as disposições deste artigo, o Prefeito poderá formular modificações em projetos de sua autoria através de mensagem aditiva.

§ 5º - As emendas apresentadas obedecerão o disposto no artigo 97, deste Regimento. **(AC)**

TÍTULO VI
DAS DELIBERAÇÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119 - As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas, sendo tomadas segundo o quorum previsto na Lei Orgânica do Município. **(NR)**

Parágrafo Único - O interstício referido, poderá ser suprimido através de requerimento, subscrito pela maioria dos Vereadores. **(NR)**

CAPÍTULO II
DA DISCUSSÃO

Art. 120- Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo Único - Sómente serão objeto de discussão as proposições constantes da Ordem do Dia, salvo, quanto aos requerimentos, nas hipóteses previstas neste Regimento.

Art. 121- Em todos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição e sobre as emendas, se houver.

§ 1º - Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara Municipal poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça por títulos, capítulos ou seções.

§ 2º - Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara Municipal, em razão do número e da importância de emendas oferecidas, qualquer Vereador poderá requerer a remessa das mesmas à Comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á até a próxima Sessão Ordinária da Câmara Municipal, voltando a proposição à discussão na sessão imediata após a divulgação do parecer.

Art. 122 - O adiamento da discussão dar-se-á por requerimento verbal de qualquer Vereador, sujeito à discussão e deliberação do Plenário, apresentado antes do seu encerramento. **(NR)**

§ 1º- O adiamento será proposto por tempo determinado, não superior a quinze dias úteis. **(NR)**

§ 2º - Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pelo Presidente, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência da Comissão.

§ 3º - Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável, considerando-se o prazo final.

Art. 123 - A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão será apreciada na sessão imediata.

Art. 124 - O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Somente será permitido requerer o encerramento da discussão após terem falado 4 (quatro) Vereadores, entre os quais o autor, ressalvada a desistência expressa, e desde que pelo menos um pronunciamento tenha sido divergente dos demais.

§ 2º - A proposta deverá partir do orador que estiver com a palavra, perdendo ele a vez de falar se o encerramento for recusado.

§ 3º - O pedido de encerramento não está sujeito a discussão.

§ 4º - Se o requerimento de encerramento da discussão for rejeitado, somente poderá ser reformulado depois de terem falado, no mínimo, mais dois Vereadores.

CAPÍTULO III DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 125 - Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º - Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão.

§ 2º - O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa Executiva;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;

III - quando houver empate na votação;

IV - nas votações secretas.

§ 3º - Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até o terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 4º - O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no Parágrafo anterior.

§ 5º - O Vereador impedido de votar fará a devida Comunicação à Mesa Executiva, computando-se todavia, sua presença para efeito de quorum.

§ 6º - **revogado**

Art. 126 - A votação da proposição principal, em todos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º - As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º - Partes da proposição principal, ou partes da emenda, assim entendido texto integral de artigo, Parágrafo, inciso ou alíneas, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º - A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal ou antes dela quando a parte destacada for de Substitutivo Geral.

§ 4º - O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciar-se a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

SEÇÃO II DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 127 - São dois os processos de votação: simbólico e nominal. **(NR)**

Parágrafo Único - O início da votação e a verificação do quorum serão sempre precedidos de soar de tímpano ou campainha.

Art. 128 - O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários.

§ 1º - O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida, à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º - Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º - Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 129 - O processo de votação nominal será utilizado:

- I - nas deliberações por maioria absoluta ou de dois terços de Vereadores;
- II - por deliberação do Plenário, a requerimento verbal de qualquer Vereador.

§ 1º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, procedida pelo Primeiro Secretário, devendo os Vereadores responder:

- I - "sim", favoravelmente à proposição;
- II - "não", contrariamente à proposição;
- III - "abstenho-me".

§ 2º - A retificação do voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Primeiro Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º - O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado, indicando o número de Vereadores que tenham votado "sim", dos que tenham votado "não" e dos que se abstiveram.

§ 4º - Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 5º - A relação dos Vereadores que votaram a favor, contrariamente, e dos que se abstiveram constará da ata da sessão.

Art. 130 - O voto de desempate do Presidente só é exercitável nas votações simbólicas, e nas nominais quando se tratar de matéria em que não vote.

Art. 131 - **revogado**

SEÇÃO III(Revogada) DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 132 - **Revogado**

Art. 133 - **Revogado**

CAPÍTULO IV DA REDAÇÃO FINAL

Art. 134 - O projeto incorporado das emendas aprovadas em segundo turno, se houver, terá redação final elaborada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, observando-se o seguinte: **(NR)**

I - elaboração conforme o aprovado, determinando-se, sem alteração de conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - divulgação, por cópia, a todos os Vereadores;

III - inclusão na Ordem do Dia, com antecedência de vinte e quatro horas;

§ 1º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação terá o prazo de cinco dias para elaborar a redação final.

§ 2º - Em caso de matéria extensa e complexa, o prazo deste artigo poderá ser aumentado, até o triplo, por deliberação do Plenário, a requerimento da Comissão.

Art. 135 - Não havendo emendas, ou, havendo, após a sua votação, o Presidente declarará aprovada a redação final do projeto sem votação.

CAPÍTULO V DA PREFERÊNCIA

Art. 136 - Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 137 - Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto preferencial;

III - redação final;

IV - projeto de lei Orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projeto em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

§ 1º - As matérias em regime de urgência, nos termos dos artigos 140 e 141, terão preferência dentro da mesma discussão.

§ 2º - Os requerimentos sujeitos a discussão ou votação, terão preferência pela ordem de apresentação.

Art. 138 - O substitutivo geral terá preferência, na votação, sobre a proposição principal.

Parágrafo Único - Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 139 - Nas demais emendas terão preferência:

I - a supressiva sobre os demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de Comissão sobre as dos Vereadores.

CAPÍTULO VI DO REGIME DE URGÊNCIA

Art. 140 - A requerimento do Prefeito Municipal, da Mesa Executiva, de Comissão competente para opinar sobre o mérito da matéria ou de um terço dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência.

Art. 141 - O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das Comissões Permanentes sobre a proposição, quando for o caso, no prazo conjunto de quinze dias, contados a partir da aprovação do regime de urgência;
II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária que se seguir ao término do prazo fixado no inciso anterior, com ou sem parecer;
III - em se tratando de matéria não sujeita à apreciação de Comissão, a proposição será apreciada na sessão em que foi apresentado o requerimento de urgência, independentemente de sua inclusão na Ordem do Dia.

§ 1º - O regime de urgência não dispensa:

I - distribuição da matéria, em avulsos, aos Vereadores;
II - parecer escrito das Comissões, nos casos previstos neste Regimento;
III - quorum para deliberação;
IV - inclusão na Ordem do Dia.

§ 2º - A urgência prevalecerá até a decisão final da proposição.

TÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 142 - Aplicam-se ao projeto de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste Capítulo.

Art. 143 - Divulgada a proposta, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros indicados pelos Líderes de bancada, observada a proporcionalidade partidária, Comissão esta que sobre ela exarará parecer em quinze dias.

§ 1º - Cabe à Comissão a escolha de seu Presidente e Relator.

§ 2º - Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no artigo 51 deste Regimento.

Art. 144 – Somente serão admitidas emendas à proposta de Emenda à Lei Orgânica, apresentadas à Comissão Especial, no prazo de até dez dias da constituição da Comissão, desde que subscritas por, no mínimo, um terço dos vereadores. **(NR)**

Art. 145 - Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra.

Parágrafo Único - No caso de proposta do Prefeito, o Líder do Governo usará a palavra.

Art. 146 - O referendo popular à matéria de Emenda à Lei Orgânica, obedecerá ao disposto no Capítulo XII, deste Título.

CAPÍTULO II DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 147 - Aplicam-se aos projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto neste Capítulo, as regras deste Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 148 - Recebido o projeto, será ele distribuído em avulsos e remetido imediatamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, onde permanecerá pelo prazo de quinze dias, para recebimento de emendas.

§ 1º - As emendas apresentadas serão remetidas ao presidente da Comissão, independentemente de despacho.

§ 2º - Esgotado o prazo a que se refere o caput deste artigo, a Comissão emitirá parecer sobre o projeto e as emendas no prazo de quinze dias.

§ 3º - Com o parecer, será o projeto com as emendas encaminhado à Mesa Executiva, que o incluirá na Ordem do Dia.

§ 4º - Aprovados o projeto e as emendas, caberá à Comissão a elaboração da redação final.

CAPÍTULO III (NR) DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 149 - As contas prestadas pelo Prefeito Municipal, pelas entidades da administração indireta, fundacional e autárquica, acompanhadas de Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, serão analisadas na forma deste Capítulo.

Art. 149-A - O Prefeito Municipal prestará contas anuais da administração financeira do Município à Câmara Municipal, com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 149-B - O procedimento de análise da prestação de contas apresentada pelo Prefeito Municipal, se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com o recebimento pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização das
contas prestadas pelo Prefeito Municipal, acompanhadas de Parecer Prévio do Tribunal de Contas

do Estado;

II - inquérito, que compreende Instrução, Defesa e Parecer Final;

III - Julgamento.

Art. 149-C - O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, far-se-á no prazo máximo de noventa dias, a contar do recebimento do parecer pelo Presidente da Câmara, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.

Art. 149-D - É nulo o julgamento das contas do Prefeito Municipal pela Câmara Municipal, quando o Tribunal de Contas não haja exarado parecer prévio.

Art. 149-E - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 149-F - A prestação de contas relativa a recursos recebidos da União ou do Estado ou por intermédio destes, será feita, respectivamente, ao Tribunal de Contas da União e do Estado, sem prejuízo da prestação de contas à Câmara Municipal.

Art. 149-G - As decisões da Câmara Municipal sobre as prestações de contas deverão ser publicadas no órgão oficial do Município.

SEÇÃO II DA INSTAURAÇÃO

Art. 149-H - Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito, acompanhadas de Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias:

I - determinará a divulgação do Parecer Prévio, no órgão oficial do Município;

II - anunciará a sua recepção, com destaque, em pelo menos dois jornais diários de circulação no Município e com a fixação de edital na entrada do edifício da Câmara Municipal, contendo a advertência do contido no Artigo 149-I.

Art. 149-I - O Presidente da Câmara Municipal encaminhará o processado à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, onde permanecerá, por sessenta dias, à disposição do exame de qualquer do povo, que poderá questionar-lhe a legitimidade.

SEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 150 - O inquérito obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada, ao acusado, ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 150-A - Na fase do inquérito, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização poderá promover a tomada de depoimentos, acareações e investigações cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa e elucidação dos fatos.

Art. 150-B - Poderá a Comissão, em fase das questões suscitadas nos termos do Art. 149-I, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

Art. 150-C - O acusado deverá ser intimado de todos os atos do procedimento, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 150-D - O presidente da comissão poderá delegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 150-E - O procedimento de análise das contas prestadas pelo Prefeito Municipal, acompanhadas de Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, obedecerá ao seguinte rito:

I - esgotado o prazo previsto no Art. 149-I, a Comissão de Finanças e Orçamento e Fiscalização, de posse das contas prestadas pelo Prefeito Municipal e do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, notificará o acusado, em cinco dias, com a remessa dos documentos que a instruírem;

II - no prazo de dez dias da notificação, o acusado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol, de no máximo, 05 (cinco) testemunhas;

III - Se o acusado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

IV - decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do acusado e inquirição de testemunhas;

V - concluída a instrução, será aberta vistas do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, e após, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização emitirá Parecer Final;

VI - em seu Parecer Final, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização apreciará as contas e as questões suscitadas nos termos do Art. 149-I.

SEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 150-F - A Comissão apresentará, separadamente, projeto de Decreto Legislativo relativamente às contas apresentadas pelo Prefeito.

Art. 151 - Se o Projeto de Decreto Legislativo:

I - acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas:

- a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, em qualquer dos turnos de discussão e votação, caso em que a Mesa Executiva acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação para o segundo turno, conforme o caso;
- b) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se a votação apresentar qualquer outro resultado

II - não acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas:

- a) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços ou mais de Vereadores;
- b) considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Mesa Executiva acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas na redação para segundo turno, conforme o caso.

CAPÍTULO IV DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 152 - A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito dar-se-á em Sessão Solene, na forma do art. 67, inciso IV, alínea a, deste Regimento.

§ 1º - O Presidente da Câmara aberta a Sessão Solene para a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, designará Comissão de Vereadores para recebê-los e introduzi-los no Plenário.

§ 2º - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão assento à Mesa Diretora, ao lado do Presidente da Câmara.

§ 3º - A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito eleitos será procedida pela Câmara empossada em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Art. 153 - No ato da posse, o Prefeito Municipal prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE

PONTA GROSSA, OBSERVAR AS LEIS PROMOVER O BEM ESTAR GERAL DOS MUNICÍPIOS E DESEMPENHAR COM LEALDADE E PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO”.

Parágrafo Único - Prestado o compromisso, o Presidente da Câmara declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, lavrando-se termos em livro próprio.

Art. 154 - Vagando o cargo de Prefeito e de Vice-Prefeito, ou ocorrendo impedimento destes, à posse de seu substituto aplica-se o disposto neste Capítulo, no que couber.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 155- O julgamento do Prefeito ou do Vice-Prefeito, por infração político-administrativa definida em lei, far-se-á na forma deste Capítulo.

Art. 156 - Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo Único - A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 157 - Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á , imediatamente, Comissão Processante.

Art. 158 - Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo Único - Se o denunciante for o Presidente da Câmara Municipal, deverá, para os atos do processo, passar a Presidência ao seu substituto.

Art. 159 - Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em cinco dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º - No prazo de dez dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, cinco testemunhas.

§ 2º - Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes em jornal de circulação no Município, com intervalo de três dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara Municipal, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 160 - Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º - Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º - Decidindo o Plenário ou opinando a Comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 161 - Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo Único - O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, permitindo-se a

ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências e formular perguntas e reperguntas às testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 162 - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de cinco dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa Executiva.

Art. 163 - De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.

§ 1º - Na sessão de julgamento, o Parecer final da Comissão Processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por quinze minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas para produzir defesa oral.

§ 2º - Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação, obedecidas as normas regimentais. **(NR)**

§ 3º - Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

§ 4º - Se houver condenação, a Mesa Executiva, baixará o Decreto Legislativo de aplicação da penalidade cabível.

CAPÍTULO VI DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 164 - Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto por qualquer Vereador.

Art. 165 - Após a leitura do Decreto Legislativo durante o expediente e diante de indícios de irregularidade do ato normativo, a Mesa Executiva oficiará ao Poder Executivo solicitando que preste, no prazo de cinco dias, os esclarecimentos que julgar necessários, após o que, com ou sem as informações: **(NR)**

I - o projeto será remetido à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que sobre ela emitirá parecer, no prazo de cinco dias;

II - a Mesa Executiva incluirá o projeto na Ordem do Dia da sessão imediatamente posterior ao vencimento do prazo do inciso anterior.

CAPÍTULO VII DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL

Art. 166 - Este Regimento Interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:

I - da Mesa Executiva;

II - de um terço, no mínimo, dos Vereadores;

III - de Comissão.

Art. 167 - O projeto de alteração ou reforma, após sua leitura no Expediente será despachado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, onde permanecerá, para recebimento de emendas, durante três sessões ordinárias consecutivas, sendo posteriormente despachado à Mesa Executiva, nos termos do inciso XIII, do art. 39, deste Regimento. **(NR)**

§ 1º - Transcorrido o prazo improrrogável citado no caput deste artigo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação deverá emitir parecer sobre o projeto e as emendas apresentadas, em cinco dias. **(NR)**

§ 2º - Divulgadas as emendas e o parecer, será o projeto incluído na Ordem do Dia para discussão e votação, observadas as Disposições regimentais.

CAPÍTULO VIII DO VETO

Art. 168 - Comunicado o veto, as razões respectivas serão divulgadas aos Vereadores.

Art. 169 - No veto parcial, a votação se processará em separado para cada uma das disposições autônomas atingidas.

CAPÍTULO IX DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 170 - A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será incluída na Ordem do Dia, na forma regimental, independente de parecer, acompanhada do respectivo projeto de Decreto Legislativo, elaborado pela Mesa Executiva, para discussão e votação únicas.

Parágrafo Único - Aprovado o requerimento, o Decreto Legislativo será publicado no órgão oficial do Município.

Art. 171 - Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa Executiva, em ato ad referendum do Plenário.

Parágrafo Único - A decisão da Mesa Executiva será comunicada por ofício aos Vereadores, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO X DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 172 - A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização apresentará a proposta de fixação dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, com observância dos critérios e prazos estabelecidos em lei. **(NR)**

Parágrafo único - **suprimido**

Art. 173 – **suprimido**

CAPÍTULO XI DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 174 - A concessão de Títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito de Ponta Grossa, observado o disposto neste Regimento Interno quanto às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - Independente da espécie de honraria, poderão ser apresentadas no máximo duas proposições de autoria ou co-autoria de cada vereador, por Sessão Legislativa; **(NR)**

II - a proposição deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado. **(NR)**

Parágrafo único - **revogado**

Art. 175 - Aprovada a proposição, a Mesa Executiva providenciará a entrega de Título, na sede do Poder Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais às autoridades civis, militares e eclesiásticas;
II - organização de protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º - Poder ser outorgado mais de um Título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º - Havendo mais de um Título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo dentre os autores dos projetos respectivos; não havendo acordo, preferirão a saudação os Líderes das respectivas bancadas.

§ 3º - Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação do Presidente da Câmara Municipal.

§ 4º - Ausente o homenageado à Sessão Solene, o Título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no Gabinete do Presidente.

§ 5º - O título será entregue ao homenageado, pelo autor da proposição, durante Sessão Solene.

§ 6º - Para os títulos aprovados no primeiro semestre de cada ano, a entrega deverá ocorrer até o término da mesma Sessão Legislativa. **(AC)**

§ 7º - Para os títulos aprovados no segundo semestre de cada ano, a entrega deverá ocorrer até o término do primeiro semestre da Sessão Legislativa subsequente. **(AC)**

§ 8º - É vedada a transferência de quotas quando não preenchidas. **(NR)**

§ 9º - Não será permitido o protocolo de projeto de lei visando à concessão de título sem a devida assinatura e identificação do autor e/ou co-autores. **(NR)**

§ 10 - Na inviabilidade de convocação de Sessão Solene para a entrega de título, em caráter excepcional, o título poderá ser entregue em Sessão Ordinária ou solenidade especificamente designada para tal fim, mediante requerimento aprovado pelo Soberano Plenário. **(NR)**

§ 11 - **revogado.**

Art. 176 - Os títulos, confeccionados em tamanho único, em pergaminho ou em outro material similar, conterão:

I - o Brasão do Município;

II - a legenda: "República Federativa do Brasil, Estado do Paraná, Município de Ponta Grossa";

III - os dizeres: "A Câmara Municipal de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei nº, datada de .. de ... de 19..., de autoria do Vereador, confere ao(à) Excelentíssimo(a) Senhor(a) o Título de de Ponta Grossa, para o que mandou-se expedir o presente Diploma";

IV - data e assinatura do autor e do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal.

Art. 177 - Serão anexados aos respectivos processos cópias das notas alusivas aos pronunciamentos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

CAPÍTULO XII DA CONVOCAÇÃO DE PLEBISCITO E DA AUTORIZAÇÃO DE REFERENDO

Art. 178 - São condições para que a Câmara Municipal autorize a convocação de plebiscito ou a realização de referendo, na forma da lei:

I - proposição subscrita pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal;

II - aprovação por dois terços dos Vereadores;

III - referir-se a matéria de competência legislativa ou material do Município de Ponta Grossa, e, no caso de plebiscito, não adstrita à competência privativa do Prefeito Municipal ou da Mesa Executiva.

Art. 179 - Além do disposto no artigo anterior, a proposta para realização do referendo observar o seguinte:

I - ser apresentada até a data em que a matéria sobre que versará a consulta for incluída na Ordem do Dia para votação e discussão em último turno;

II - a leitura da proposição determinará a suspensão da discussão da matéria referida no inciso anterior, até a deliberação final sobre a realização do referendo;

III - aprovado o referendo, a matéria a ser submetida à deliberação popular retornará à discussão; porém, se for aprovada, seus efeitos somente se produzirão após a sua confirmação pelo eleitorado municipal;

IV - rejeitada a matéria que seria submetida à apreciação popular, não se realizará o referendo.

Parágrafo Único - No caso do inciso IV, deste artigo, a Câmara Municipal não poderá adotar e nem aprovar, na mesma Sessão Legislativa, matéria idêntica sem que sobre ela se realize plebiscito ou referendo.

Art. 180 - Poderão ser objeto de apreciação em plebiscito ou referendo:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias.

§ 1º - O resultado do plebiscito tem caráter vinculante, não podendo a Câmara Municipal, na mesma Sessão Legislativa, agir de forma contrária à vontade majoritária do eleitorado municipal.

§ 2º - A negativa de referendo implica em veto popular, do qual resultará a imediata cessação da eficácia, com a suspensão de seus efeitos, do ato decorrente da manifestação da Câmara Municipal e objeto da consulta.

Art. 181 - Aprovada a convocação de plebiscito ou autorizado o referendo, a Mesa Executiva poderá solicitar a cooperação da Justiça Eleitoral para a sua efetivação.

§ 1º - Sempre que possível, o plebiscito e o referendo serão realizados na mesma ocasião em que se efetivarem as eleições de nível federal, estadual ou municipal.

§ 2º - Caso a Justiça Eleitoral não possa atender à solicitação da Mesa Executiva, esta promoverá a efetivação da consulta popular, adotando, para isto, as medidas necessárias.

Art. 182 - O Decreto Legislativo que aprovar a convocação de plebiscito ou a autorização de referendo especificará o seu objetivo, de modo que o eleitor possa assinalar na respectiva cédula Sim ou Não, conforme deseje aprovar ou rejeitar a matéria, respectivamente.

Art. 183 - A Mesa Executiva providenciará a confecção das cédulas necessárias à efetivação da consulta popular na forma deste Capítulo.

Art. 184 - É facultado a quem queira fazê-la, a defesa de teses, contra ou a favor da matéria sobre o que se realizará a consulta popular, observados os preceitos legais e o respeito à honra, à dignidade, aos costumes e ao patrimônio público ou particular.

Parágrafo Único - A Mesa Executiva da Câmara Municipal divulgará a realização de plebiscito ou referendo sem, porém, posicionar-se contra ou a favor da matéria a ser apreciada.

Art. 185 - Entre a aprovação do plebiscito ou do referendo e a sua efetivação será observado, no mínimo, o prazo de três meses.

Parágrafo Único - Observado o disposto neste artigo, poderão ser acumulados numa mesma oportunidade o plebiscito e o referendo sobre várias matérias.

Art. 186 - É facultativo o voto na realização de plebiscito ou referendo.

§ 1º - A presença e a identificação dos eleitores será efetivada e controlada de acordo com a legislação eleitoral pertinente.

§ 2º - Na impossibilidade de cooperação da Justiça Eleitoral para a realização da consulta popular, a Mesa Executiva providenciará junto ao órgão jurisdicional competente a relação dos eleitores, com vistas ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 187 - Na realização de consulta popular serão observadas as disposições da legislação eleitoral, especialmente quanto:

- I - à composição e organização de Mesa Receptora;
- II - à apuração do resultado;
- III - à organização local das zonas e respectivas seções.

Art. 188 - Não serão realizados por Sessão Legislativa mais que três processos de consulta popular, seja através de plebiscito, seja através de referendo.

CAPÍTULO XIII DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 189 - O requerimento de convocação de titulares de órgãos e entidades da Administração Municipal deverá indicar o motivo da convocação, especificando o assunto a ser tratado. **(NR)**

Parágrafo Único - Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao convocado para que seja estabelecido dia e hora para o seu comparecimento.

Art. 190 - O convocado será ouvido em sessão especial, que poderá ser convocada para iniciar-se após o encerramento de sessão Ordinária ou extraordinária.

§ 1º - Aberta a sessão, com a presença de um terço dos Vereadores, o Presidente concederá a palavra ao Vereador requerente, que fará uma breve explanação sobre o motivo da convocação.

§ 2º - Com a palavra, o convocado abordará o assunto da convocação, seguindo-se os debates. **(NR)**

§ 3º - Observada a ordem de inscrição efetuada perante a Segunda-Secretaria até o início da sessão especial, os Vereadores inscritos dirigirão suas interpelações ao convocado. **(NR)**

§ 4º - Respondidos os objetos da convocação e havendo tempo hábil e regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os Vereadores inscritos interpelá-lo livremente. **(NR)**

CAPÍTULO XIV DA INICIATIVA POPULAR

Art. 191 - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei de interesse específico do Município, subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.

Art. 192 - O projeto de lei oriundo da iniciativa popular deverá estar elaborado de acordo com as Disposições regimentais, e ser acompanhado de:

I - certidão da Justiça Eleitoral, datada de até seis meses anteriores à apresentação do projeto de lei à Câmara Municipal, declarando o número de eleitores registrados no Município;

II - lista de assinaturas contendo:

a) a indicação, em cada página, da súmula do projeto de lei a que se refere;

b) nome completo, impresso, datilografado ou manuscrito de forma legível, de cada um dos subscritores;

c) número do título eleitoral, com a indicação da zona e da seção de votação;

* d) fotocópia do título eleitoral; **(NR)**

* e) assinatura semelhante à constante do título eleitoral;

Alíneas “d” e “e” do Inciso II consideradas inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Paraná – Adin nº 883666-0

III - justificativa.

Art. 193 - A tramitação de projeto de lei de iniciativa popular far-se-á de acordo com o disposto nos artigos 101 e 106, deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - Será considerado representante dos signatários, para efeito de acompanhamento e defesa do projeto de lei, o seu primeiro subscritor.

CAPÍTULO XV (AC) DO PLANO DIRETOR

Art. 193-A - Aplicam-se ao projeto referente ao Plano Diretor do Município, naquilo em que não contrariem o disposto neste Capítulo, as regras deste Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 193-B - Recebido o projeto, será ele distribuído em avulsos e remetido imediatamente à Comissão Especial instituída com finalidade específica para tratar do Plano Diretor do Município, onde permanecerá pelo prazo de quinze dias, para recebimento de emendas.

§ 1º - As emendas apresentadas serão remetidas ao presidente da Comissão, independentemente de despacho.

§ 2º - Esgotado o prazo a que se refere o caput deste artigo, a Comissão emitirá parecer sobre o projeto e as emendas no prazo de até trinta dias.

§ 3º - Com o parecer, será o projeto com as emendas encaminhado à Mesa Executiva, que o incluirá na Ordem do Dia.

§ 4º - Aprovados o projeto e as emendas, caberá a Comissão a elaboração da redação final.

TÍTULO VIII DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DA POLÍCIA INTERNA

Art. 194 - Os Serviços Administrativos da Câmara Municipal compreendem todas as unidades, cargos e funções necessários ao exercício das atividades precípua do Poder Legislativo Municipal, através da Mesa Executiva, Comissões, Vereadores e Plenário.

Parágrafo Único - Os Serviços Administrativos são organizados em Regulamento aprovado pela Mesa Executiva.

Art. 195 - Os cargos efetivos dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, autorizado pela Mesa Executiva e realizado sob a coordenação do Diretor-Geral.

Art. 196 - A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa Executiva, sob a direção do Presidente.

Art. 197 - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício caso perturbe os trabalhos e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo Único - Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertência, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 198 - Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa Executiva, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 199 - É proibido o porte de arma no recinto da Câmara Municipal.

§ 1º - Compete à Mesa Executiva fazer cumprir as determinações deste artigo, mandando desarmar e prender quem as transgredir.

§ 2º - Relativamente ao Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

TÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 200 - Diariamente, deverão ser hasteadas, no Edifício da Câmara e na Sala das Sessões, as bandeiras do Brasil, do Estado do Paraná e do Município.

Art. 201 - Os prazos previstos neste Regimento, salvo disposição em contrário, serão contados em dias corridos.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso.

Art. 202 - É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer dependência da Câmara.

Art. 203 - A Mesa providenciará a publicação, respeitados os preceitos legais, de:

I - emenda à Lei Orgânica do Município;

II - resolução;

III - leis complementares e Ordinárias, promulgadas nos termos do § 6º, do art. 58, da Lei Orgânica do Município;

IV - atos referentes a:

a) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores públicos da câmara;

- b)aprovação de regulamento;
- c)provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de feito individual relativos aos servidores da câmara;
- d)edital de licitação.

§ 1º - Os atos não normativos, de publicação obrigatória, poderão ser divulgados resumidamente, em especial os avisos de licitação e contratos administrativos.

§ 2º - Salvo disposição expressa em contrário, nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

Art. 204 - Revogam-se as Disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 20 de dezembro de 1.994.

Vereador Rogério de Paula Quadros
PRESIDENTE

Vereador Valfredo Dzázio
1º SECRETÁRIO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

A

ADIAMENTO

- da discussão, art. 122

ADMISSIBILIDADE

- das proposições, competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação para o seu exame, art. 52

AGENTES POLÍTICOS

- fixação da remuneração, arts. 172 e 173

ALTERAÇÃO REGIMENTAL

- quem pode propor, art. 166
- tramitação, art. 167

APARTE

- definição, art. 85
- hipóteses em que não é permitido, art. 86

ARQUIVAMENTO

- das proposições, competência do Presidente para determinar, art. 43, IX, a
- das proposições, com parecer contrário de admissibilidade, art. 52, § 2º
- de proposição idêntica a outra, art. 95, § 3º
- das proposições com parecer contrário de todas as comissões, art. 103

ATAS

- dos trabalhos em Plenário, art. 91
- leitura, art. 91, § 1º
- impugnação, art. 91, § 2º
- aprovação, art. 91, § 3º
- termo de ata, art. 91, § 4º
- cópias para os Vereadores, art. 91, § 5º
- menção dos documentos lidos, art. 92
- menção obrigatória dos Vereadores que votaram a favor ou contrariamente, nas votações nominais, art. 129, § 2º

ATOS NORMATIVOS

- do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, sustação, procedimento, arts. 164 e 165

ATRIBUIÇÕES

- Ver COMPETÊNCIA

B

BANCADAS

- lideranças, art. 22
- representação proporcional na Mesa, art. 32, Parágrafo Único
- representação proporcional nas Comissões Permanentes e Temporárias, art. 47

C

CARGO

- afastamento do Vereador para exercer, art. 20
- competência da Mesa Executiva para propor a criação, extinção e alteração, na Câmara, art. 39, I, b

CASSAÇÃO DE MANDATO

- ver PERDA DE MANDATO

CIDADANIA BENEMÉRITA

- ver HONRARIAS

CIDADANIA HONORÁRIA

- ver HONRARIAS

COMISSÕES PERMANENTES

- seu objetivo, art. 49
- quais são, art. 50
- número de membros, art. 46, § 1º, a; 50, § 1º
- mandato de seus membros, art. 50, § 4º
- indicação de seus membros, art. 47, §§ 1º a 6º
- homologação da indicação de seus membros, art. 48
- competência, art. 51
- competência comum, art. 53
- exame de admissibilidade das proposições, pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, art. 52
- atividades de Controle Externo, competência da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, art. 51, II, d
- funcionamento, arts. 54 a 58

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- quais são, art. 59, 60, 61 e 62
- especiais, art. 59
- parlamentar de inquérito, art. 60
- de representação, art. 61
- processantes, art. 62

COMPARECIMENTO

- do Vereador às Sessões Plenárias, caracterização, art. 18, §§ 2º e 3º
- ver também, QUÓRUM

COMPETÊNCIA

- da Mesa, art. 39
- do Presidente, art. 43
- do Vice-Presidente, art. 44
- do 1º Secretário, art. 45
- do 2º Secretário, art. 45, § 1º
- do Presidente, na segurança interna da Câmara, arts. 196 a 199
- comum às Comissões, art. 53
- da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, art. 51, I
- da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, art. 51, II
- da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Cidadania, art. 51, III
- da Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, art. 51, IV
- da Comissão de Saúde, Ação Social e Ecologia, art. 51, V
- da Comissão de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio e Turismo, art. 51, VI

COMPROMISSO

- dos Vereadores, na posse, art. 5º
- do Prefeito e do Vice-Prefeito, na posse, art. 153

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

- início, duração e conteúdo, art. 76

CONTROLE EXTERNO

- atividades a cargo da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, art. 51, II, d
- ver, também, PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONVOCAÇÃO

- de Sessão Legislativa Extraordinária, art. 9º
- de suplente, em caso de vaga, art. 16
- de suplente, em caso de licença, art. 20
- de Sessões Solenes, art. 67, IV
- de Sessões Extraordinárias, art. 67, III
- de suplente de Vereador denunciante, no julgamento de infrações político-administrativas, art. 158
- de titulares de órgãos e entidades da Administração, arts. 189 e 190

D

DEBATES

- disposições gerais, art. 81
- uso da palavra, arts. 82 a 84
- apertes, arts. 85 e 86

DECLARAÇÃO DE VOTO

- definição, art. 132
- quando pode ocorrer, art. 133

DECORO PARLAMENTAR

- procedimentos que lhe são incompatíveis, art. 14, Parágrafo Único

DECRETO LEGISLATIVO

- competência do Presidente para promulgar, art. 43, IX, f
- assinatura do 1º Secretário, art. 45, VI
- ver, também, PROJETOS

DELIBERAÇÃO

- das comissões, quorum, art. 54, V
- do Plenário, requerimentos a ela sujeitos, arts. 112 a 114
- da Câmara Municipal, turnos em que ela se dá, art. 119
- ver, também, VOTAÇÃO

DESTAQUE

- de partes de projeto ou emenda, para votação em separado, art. 126, §§ 2º a 4º

DESTITUIÇÃO

- de membro da Mesa Executiva, art. 36

DEVERES

- do Vereador, art. 11

DIREITOS

- do Vereador, art. 10

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- procedimento especial para o projeto respectivo, arts. 147 e 148

DISCUSSÃO

- definição, art. 120
- seu objeto, art. 120, Parágrafo Único
- adiamento, art. 122
- encerramento, art. 124

DOENÇA

- como motivo justo para o suplente deixar de tomar no prazo, art. 16, § 1º
- como motivo justo para efeito de justificação de falta, art. 18, § 1º
- como fundamento para concessão de licença a Vereador, art. 19

E

ELEIÇÃO

- da Mesa Executiva, arts. 27 a 31
- dos Presidentes das Comissões Permanentes, art. 55, § 2º
- do Presidente e Relator de Comissão Parlamentar de Inquérito, art. 60, § 2º
- do Presidente e Relator de Comissão Processante, art. 62, § 3º

EMENDAS

- espécies, art. 117
- quando podem ser propostas, art. 118 §§ 1º a 4º
- ordem de preferência, na votação, art. 126, § 1º

EMENDA À LEI ORGÂNICA

- tramitação, arts. 142 a 145
- referendo popular, art. 146

ESCOLHA

- dos membros das Comissões Permanentes, art. 47
- dos membros da Comissão Processante, art. 62, § 1º

EXAME DA ADMISSIBILIDADE

- ver ADMISSIBILIDADE

EXAME PRELIMINAR

- dos projetos, pelos órgãos de assessoramento superior da Câmara Municipal, art. 58

EXECUTIVO

- ver PREFEITO

EXPEDIENTE

- quorum para início, art. 74
- objetivo, art. 75

EXPLICAÇÃO PESSOAL

- regras aplicáveis, art. 79

F

FALTAS

- às Sessões Plenárias, consequência, art. 18
- motivo justo, para efeito de justificação, art. 18, § 1º

FOLHA DE PRESENÇA

- sua assinatura atesta a presença do Vereador à Sessão Plenária, art. 18, § 2º

FUNCIONÁRIOS

- ver Servidores

H

HONRARIAS

- regras aplicáveis na concessão, arts. 174 a 177

I

IMPEDIMENTO

- do Presidente, quem o substitui, arts. 44, II, e 45, § 2º
- para votar, de Vereador, sobre a matéria de seu interesse particular, art. 125, § 3º

INCONSTITUCIONALIDADE

- de lei ou ato normativo municipal, a que cabe propor a ação direta, art. 39, XI

INDICAÇÃO

- dos membros das Comissões, pelos líderes de bancadas, art. 47
- como proposição, conceito e tramitação, art. 107

INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

- processo de julgamento, arts. 155 a 163

INICIATIVA

- da Mesa Executiva, no processo legislativo, art. 39, I e II

INSTALAÇÃO

- da Legislatura, art. 4º

INSTRUÇÃO

- pelos órgãos de assessoramento superior da Câmara Municipal, de matéria sujeita à apreciação das Comissões, art. 58

INTERESSE PARTICULAR

- como fundamento para a concessão de licença a Vereador, art. 19

INTERSTÍCIO

- entre os turnos de discussão e votação, art. 119

INVERSÃO

- da pauta da ordem do dia, art. 78, § 4º

INVESTIDURA

- de Vereador, em cargo de Secretário Municipal, art. 19

J

JULGAMENTO

- do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores por infração político-administrativa, procedimento, arts. 155 a 163

L

LEGISLATURA

- duração, art. 2º
- sessão preparatória, art. 3º
- instalação, arts. 4º a 6º

LEI

- ver PROJETOS

LICENÇA

- de Vereador, hipóteses, art. 19
- de Vereador, procedimento para concessão, arts. 21 e 114, V
- do Prefeito, procedimento para a concessão, arts. 170 e 171

LIDERANÇA

- de bancada partidária, art. 22
- indicação, pela bancada, à Mesa Executiva, art. 22, § 1º
- indicação de Vice-Líder, art. 22, § 2º
- de bloco parlamentar, art. 24, §§ 1º, 2º e 3º
- do Governo, art. 26
- indicação de Vice-Líder, indicação, art. 26, Parágrafo Único
- prerrogativas, arts. 23 e 25

M

MAIORIA ABSOLUTA

- ver QUORUM

MAIORIA DE DOIS TERÇOS

- ver QUORUM

MANDATO

- de Vereador, sua perda, regras procedimentais, arts. 12 e 13
- da Mesa Executiva, art. 31
- dos membros das Comissões Permanentes, art. 50, § 4º

MESA EXECUTIVA

- eleição, arts. 27 a 31
- mandato, art. 31
- competência, art. 39
- composição, art. 32
- vacância de seus cargos, art. 33
- destituição, art. 36

MOÇÃO

- definição e espécies, art. 115
- tramitação, art. 116

N

NOME POPULAR

- escolha, art. 11, § 1º
- composição, art. 11, § 2º
- alteração, art. 11, § 3º

O

ORÇAMENTO

- tramitação de projeto respectivo, arts. 147 e 148

ORDEM

- perturbações reiteradas nas sessões da Câmara e reuniões das Comissões, procedimento incompatível com o decoro parlamentar, art. 14, Parágrafo Único
- fiscalização, atribuição da Presidência, art. 42
- manutenção nas sessões, atribuição do Presidente, art. 43, VIII, b
- dos trabalhos, nas Comissões, art. 54, § 2º
- suspensão da sessão, para preservação, art. 71, I
- de leitura do sumário das proposições no Expediente, art. 75, V
- observância para a concessão da palavra aos Vereadores, para a Comunicação Parlamentar, art. 76, § 2º
- de discussão da matéria na Ordem do Dia, art. 77, § 1º
- de inscrição para Explicação Pessoal, art. 80, § 1º
- de preferência para discussão, art. 137
- esclarecimento sobre a ordem dos trabalhos, art. 109, VIII
- ver QUESTÃO DE ORDEM e PELA ORDEM

ORDEM DO DIA

- início, art. 77
- quorum para o início, art. 77, § 1º
- alteração e interrupção, art. 78, § 2º
- competência do Presidente para elaborar sua pauta, art. 43, VIII, q
- anúncio, prazo, art. 70
- publicação, art. 70, Parágrafo Único

P

PALAVRA

- hipótese e tempo de uso, por Vereador, nas Sessões Plenárias, art. 82
- interrupção de seu uso, art. 84
- normas gerais de uso, art. 81

PARECER

- em que consiste, art. 63
- aprovação, pela Comissão, art. 64, § 1º

PELA ORDEM

- objetivo, art. 87, Parágrafo Único

PERÍODOS

- em que se divide a Sessão Legislativa anual, art. 2º

PLANO PLURIANUAL

- tramitação do projeto respectivo, arts. 147 e 148

PLENÁRIO

- pessoas que nele são admitidas, art. 197
- proibição de nele portar arma, art. 199

POSSE

- de Vereador, art. 5º
- de suplente, arts. 16 e 17
- de Prefeito e Vice-Prefeito, arts. 152 a 154

PRAZO

Dos órgãos de assessoramento superior

- para apresentar exame preliminar dos projetos, art. 58

Da Câmara

- quanto às Emendas à Lei Orgânica:
 - para que a Comissão Especial exare parecer, art. 143
 - para apresentação de emendas, arts. 143 e 144
- quanto à Prestação de Contas:
 - para exame popular, art. 149, III
 - para que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização emita parecer, art. 150
- quanto aos Projetos:
 - de adiamento da discussão, art. 122, § 1º
 - para ser anunciada a inclusão na ordem do dia, art. 104

para ser incluído na ordem do dia projeto instruído com parecer, ar

- quanto aos recursos das decisões do Presidente:
- para que a Mesa Executiva emita parecer, art. 90, § 3°
- para inclusão do recurso e do parecer na ordem do dia, art. 90,
- quanto à reforma ou alteração regimental:
- para ser exarado parecer ao projeto e às emendas, art. 167, § 1°
- quanto ao regime de urgência:

para inclusão do projeto na ordem do dia, art. 141, II

- quanto ao Veto:

para divulgação das razões, art. 168

para inclusão na Ordem do Dia, art. 104

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

- para eleição do Presidente e Relator, art. 60, § 2°
- para solicitar ao Plenário prazo para ultimização de seus trabalhos art. 60, § 3°

Das Comissões Permanentes

- para designação de relator, art. 54, II
- para o relator apresentar parecer, art. 54, III
- máximo de vistas de projeto, art. 54, IV
- para eleição do Presidente, art. 55, § 2°
- para cada uma exarar parecer, art. 57
- de prorrogação do prazo para exarar parecer, art. 57
- para exarar parecer em caso de regime de urgência, art. 57, § 4°

Das Comissões Processantes

- para eleição do Presidente e Relator, art. 62, § 3°
- para que sejam constituídas, art. 157
- para notificar denunciado, art. 159
- para emitir parecer pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, art. 160

Dos Líderes

- para indicar membros das Comissões Permanentes, art. 55, I, e

Da Mesa Executiva

- para decidir sobre a perda de mandato de Vereador, art. 13, II
- para encaminhar projeto a exame preliminar, art. 58
- para apresentar projeto de fixação de remuneração dos agente políticos, art. 172, Parágrafo Único
- para devolver o saldo de caixa para a Prefeitura, art. 39, VIII

- para prestar contas da gestão financeira, art. 39, IX

Do Presidente

- para convocar Sessão Legislativa Extraordinária, art. 9°, § 1°
- para resolver Questões de Ordem, art. 88, § 2°
- para rever decisão recorrida, art. 90, § 2°

Dos Vereadores

- para tomar posse, art. 5°, § 2°
- para apresentar defesa no procedimento de perda de mandato, art. 13, II
- para o suplente convocado tomar posse, art. 16
- de licença sem prejuízo da remuneração, art. 19
- de licença para interesse particular, art. 19
- para interpor recurso de decisão da presidência, art. 90
- para que o recurso formulado verbalmente seja deduzido por escrito, art. 90, § 1°
- para entregar à Mesa documentos lidos em sessão, art. 109, X
- para apresentar emendas, art. 118

PREFEITO

- sua substituição, pelo Presidente da Câmara, art. 42, IV
- julgamento por infração político-administrativa, arts. 155 a 163
- licença, procedimento, arts. 170 e 171
- fixação de remuneração, art. 172

PREFERÊNCIA

- definição, art. 136
- ordem de, na discussão e votação das proposições, art. 137
- do substitutivo geral, art. 138
- ordem de, na discussão e votação de emendas, art. 139

PRESENÇA

- ver COMPARECIMENTO e QUORUM

PRESIDENTE DA CÂMARA

- atribuições, arts. 42 e 43
- licença, em caso de ausência do Município, art. 44, I
- requerimento que estão sujeitos à sua decisão, arts. 109 a 111
- exercício do voto, hipótese em que cabe, art. 125, § 2°
- recurso de suas decisões, arts. 89 e 90

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- tramitação, art. 149

PROJETOS

- espécies, art. 93, I
- regras para sua redação, art. 101
- exame preliminar, pelos órgãos de assessoramento superior da Câmara Municipal, art. 58
- parecer contrário de todas as comissões, consequência, art. 103
- divulgação e inclusão na ordem do dia, art. 104
- ver, também, PROPOSIÇÕES

PROMULGAÇÃO

- das leis, competência do Presidente, art. 43, IX, e
- de Emendas à Lei Orgânica, competência da Mesa, art. 39, XII

PROPOSIÇÕES

- espécies, art. 93
- forma de apresentação, art. 94
- identidade ou semelhança, consequência, art. 95
- controle de sua apresentação, art. 96
- obrigatório exame pelas Comissões, art. 97
- retirada pelo autor, art. 98
- reconstituição, art. 99
- projetos, art. 101
- indicações, art. 107
- requerimentos, arts. 108 a 114
- moções, arts. 115 e 116
- emendas, art. 117 e 118

PUBLICAÇÃO

- providência determinada pela Mesa Executiva, atos que estão sujeitos, art. 203
- de Emenda à Lei Orgânica, art. 203, I
- de Resolução, art. 203, II,
- de Leis Complementares e Ordinárias promulgadas, art. 203, III
- de Ato da Mesa Executiva, art. 203, IV
- divulgação resumida de atos não normativos, art. 203, § 1°
- como exigência necessária à produção de atos normativos, art. 203, § 2°
- da ordem do dia, caso, art. 70, Parágrafo Único

Q

QUESTAO DE ORDEM

- nas dúvidas de aplicação do Regimento Interno, art. 88
- tempo para formulação, art. 88, § 3°

QUORUM

- da sessão de eleição da Mesa Executiva, art. 27, § 1°
- de eleição dos membros da Mesa Executiva, art. 29, § 2°
- de deliberação das Comissões Permanentes, art. 54, V
- de aprovação de requerimento de constituição de Comissão Especial, art. 59
- de abertura das sessões, art. 74
- para discussão e votação da ordem do dia, art. 77, § 1°
- verificação, art. 109, IV

R

RECESSO

- nele, perante quem se dá posse de suplente, art. 17
- nele, quem autoriza a licença do Prefeito, art. 171

RECONSTITUIÇÃO

- de processo legislativo, art. 99

RECURSO

- das decisões do Presidente, arts. 89 e 90

REDAÇÃO FINAL

- quando ocorre e quem elabora, art. 134, § 1º
- prazo de elaboração, art. 134, § 1º
- emenda, art. 135

- aprovação, art. 135

REGIME DE URGÊNCIA

- como se requer, art. 140
- implicações, art. 141

REGIMENTO INTERNO

- ver ALTERAÇÃO REGIMENTAL

RELATOR

- prazo de que dispõe o de Comissão Permanente, para emitir parecer, art. 54, II
- de Comissão Parlamentar de Inquérito, eleição, art. 60, § 2º
- de Comissão Processante, eleição, art. 62, § 3º

REMUNERAÇÃO

- dos agentes políticos, fixação, arts. 172 e 173

RENÚNCIA

- de Vereador, ao mandato, art. 15

REQUERIMENTOS

- definição e espécies, art. 108
- sujeitos à decisão do Presidente, arts. 109 a 111
- sujeitos à decisão do Plenário, arts. 112 a 114
- ver, também, PROPOSIÇÕES

RESOLUÇÃO

- ver PROJETOS

RETIRADA

- de proposições, pelo autor, art. 98

S

SEDE

- da Câmara Municipal, art. 1º
- sua mudança, art. 1º, Parágrafo Único

SEGUNDO SECRETÁRIO

- atribuições, art. 45, § 1º

SERVIDORES

- competência de iniciativa dos projetos que digam respeito aos da Câmara, art. 39, I, b e c
- competência da Mesa Executiva para os nomear, promover, comissionar, gratificar, conceder licença, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir, art. 39, V

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- definição, art. 67, III
- convocação e duração, art. 73, § 2º

SESSÃO LEGISLATIVA

- ordinária, art. 7º
- extraordinária, art. 9º

SESSÃO PLENÁRIA

- preparatória da legislatura, art. 3º

- de instalação da legislatura, art. 4º

- espécies, art. 67
- prorrogação, art. 73, § 2º
- suspensão, art. 71

- encerramento, art. 72
- pautas que a compõem, art. 73
- expediente, arts. 74 e 75
- Ordem do Dia, arts. 77 e 78

- Comunicação Parlamentar, art. 76
- explicação pessoal, art. 79
- ver, também, SESSÃO ORDINÁRIA, SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E SESSÃO SOLENE

SESSÃO ORDINÁRIA

- definição, art. 67, II
- início, duração e dias de realização, art. 68
- ver, também, SESSÃO PLENÁRIA

SESSÃO SOLENE

- destinação, art. 67, III
- ver, também, SESSÃO PLENÁRIA

SUBSTITUIÇÃO

- de membro de Comissão, a quem compete, art. 47, § 6º
- do Prefeito, a quem compete, art. 43, IV, 44, III
- do Presidente, a quem compete, arts. 44, II e 45, § 2º
- do 1º Secretário, a quem compete, art. 45, § 2º

SUPLENTE

- casos em que se dá sua convocação, art. 16
- posse, art. 17

SUSPENSÃO

- das Sessões Plenárias, art. 71

SUSTAÇÃO

- dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar, procedimento, arts. 164 e 165

T

TÍTULOS

- ver HONRARIAS

V

VACÂNCIA

- casos em que se dá, na Câmara, art. 16
- de cargos na Mesa Executiva, art. 33
- de todos os cargos na Mesa Executiva, art. 34

VEREADOR

- posse, art. 5º
- direitos, art. 10
- deveres, art. 11

- perda do mandato, arts. 12 e 13

- faltas, art. 18

- licença, art. 19

- fixação da remuneração, arts 172 e 173

VERIFICAÇÃO

- de quorum, Art. 109, IV

VETO

- apreciação, arts. 168 e 169
- parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, art. 51

VICE-LÍDER

- de bancada, indicação pelo respectivo Líder, art. 22, § 2º
- do Governo, indicação, art. 26, Parágrafo Único

VICE-PRESIDENTE

- atribuições, art. 44

VICE-PREFEITO

- posse, arts. 152 a 154

VISTA

- por membro de Comissão, no seu âmbito, de proposição em apreciação, art. 54, IV
- de proposição, por Vereador, após aprovação de requerimento de adiamento da discussão, art. 122, § 2º
- prazo, no caso de adiamento de discussão, art. 122, § 2º

VOTAÇÃO

- definição, art. 125
- voto do Presidente, art. 125, § 2º
- impedimentos, art. 125, § 3º
- forma, nos turnos, art. 126
- das emendas, art. 126, § 1º
- em destaque, art. 126, § 2º
- encaminhamento, art. 23, III
- processos, art. 127
- simbólica, art. 128
- nominal, art. 129
- secreta, art. 131